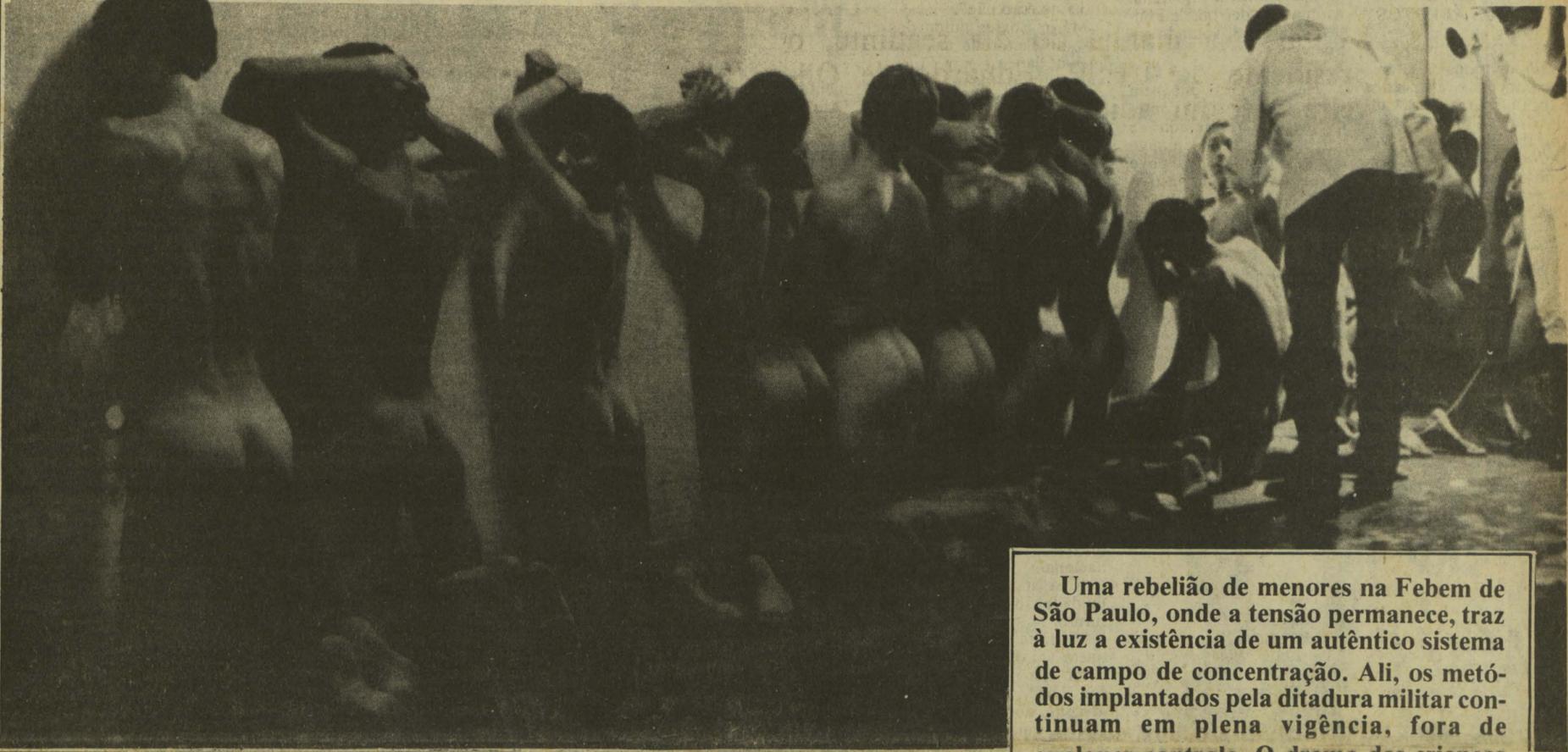


Na Febem a ditadura continua



Uma rebelião de menores na Febem de São Paulo, onde a tensão permanece, traz à luz a existência de um autêntico sistema de campo de concentração. Ali, os métodos implantados pela ditadura militar continuam em plena vigência, fora de qualquer controle. O drama das crianças abandonadas, dentro e fora da Febem, é o assunto da última página.

EDITORIAL

“Briga do branco”

Ulysses Guimarães, segundo informa a grande imprensa, está “jururu”. O governador Hélio Garcia, de Minas Gerais, está furioso. Outros governadores reclamam também, dizendo-se carentes de atenção por parte da Presidência na escolha do ministério. A impressão é que a escolha dos auxiliares da Presidência foi feita sem levar em conta a opinião das principais forças políticas do país.

Mas a aparência não corresponde exatamente à realidade. Os protestos só podem ser entendidos levando-se em conta dois aspectos da situação atual. Em primeiro lugar, atravessamos um ano eleitoral, estando em pauta tanto a escolha de representantes para a Constituinte como a renovação das Assembléias Legislativas e a sucessão nos governos estaduais - e, sobretudo como pano de fundo, está a sombra da sucessão presidencial. Depois, em função da transição em curso desde a derrota do regime militar, há um processo de acomodamento das diversas correntes, uma rápida alteração na correlação de forças, uma redefinição dos diversos partidos e das alianças entre eles.

Todos querem se reeleger, ou preparar condições para eleger elementos de sua facção. Para isto funciona como fator importante o clientelismo: a possibilidade de nomear, distribuir favores, facilitar verbas. Em outras palavras, usar a coisa pública em proveito individual ou de um grupo. E como, evidentemente, por mais Ministérios que se invente, não é possível abrigar todos os afilhados de candidatos, a gritaria é grande.

O essencial é que com as mudanças de influência no governo, certos caciques se consideram relegados a um plano secundário. Todos na verdade deram suas opiniões e fizeram suas indicações. O governo é pressionado por todo lado. Mas o prestígio de uns subiu e o de

outros decresceu. A indignação por perder tal ou qual peão é no fundo o desespero por ver dificultado o caminho rumo ao Palácio do Planalto.

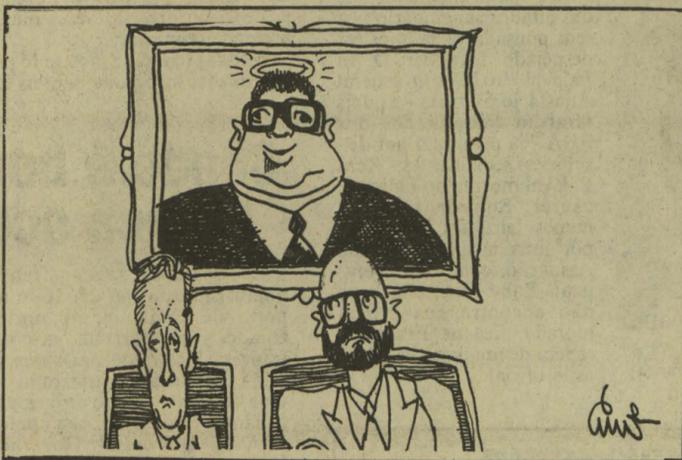
O povo também não tem por que se contentar com a composição do Ministério. De fato este foi o grande prejudicado, que não foi ouvido realmente na indicação dos nomes. Porém, a insatisfação popular dirige-se igualmente contra estas disputas mesquinhas por cargos e posições, sem considerar os interesses maiores do país. As multidões de milhões e milhões que saíram às ruas em 1984 não tinham em mente tirar tal ou qual ministro, desocupar esta ou aquela cadeira, para beneficiar uma ou outra panelinha alternativa. O mote desta magnífica campanha foi mudar o regime, promover transformações políticas e econômicas, abrir as portas para o progresso e o desenvolvimento independente do país. O Ministério, do ponto de vista das massas, devia ser escolhido em função destas metas. E isto infelizmente não se realizou até o momento.

Muitos dos que se mostram desolados com as indicações do presidente Sarney cumpriram papel importante na luta contra a ditadura. Mas, com a vitória contra Maluf, trocaram os compromissos com a imensa maioria dos brasileiros por interesses menores de caráter pessoal.

Os trabalhadores lutarão para inverter a atual tendência rumo ao conservadorismo. E propõem a todos os autênticos democratas e patriotas que levantem a voz e unam-se com as camadas populares num vasto movimento nacional para dar prosseguimento ao combate iniciado em praça pública durante a luta das diretas e nas jornadas em favor do candidato único das oposições. Em particular o PMDB, pela sua tradição democrática, tem a obrigação de sacudir o imobilismo e retornar às ruas na defesa das mudanças em profundidade que a nação reclama.

Trocar de cacique é a solução para a Funai?

Após o pedido de demissão de Apoena Meireles da presidência da Funai, o governo resolveu criar uma comissão para modificar a entidade. Página 4



Sindicalistas falam como deve ser a futura CGT

Líderes de vários Estados mostram rumo para construir uma central sindical forte. Pág. 6

Rocky tenta levar a nocaute os ideais dos jovens

“Rocky IV” segue a orientação belicista de Reagan para uma nova carnificina mundial. P.9

O Banco do Brasil na mira dos entreguistas

A investida contra o Banco do Brasil, com a eliminação da conta-movimento, representa mais uma tentativa do capital estrangeiro de destruir um patrimônio nacional. Leia a respeito na pág. 4

A traição de Kruschchev em seu 30º aniversário

O XX Congresso do PCUS, em 1965, marcou o apogeu mas também o começo da desagregação do bloco revisionista soviético. Página 5

Fábricas de mutilados no Ceará

Os metalúrgicos de Fortaleza enfrentam centenas de casos de mutilação por acidentes devidos à sede de lucros do patronato. Página 7

José Maria, casado, dois filhos; jornada de trabalho, 14 horas; salário, Cr\$ 720 mil; perdeu quatro dentes em uma prensa com o dedo



Portugal barra o avanço da direita

O candidato da direita à presidência de Portugal, Diogo Freitas do Amaral, foi derrotado no segundo turno das eleições. Mário Soares, do Partido Socialista, com o apoio dos candidatos Salgado Zenha, Lourdes Pintasilgo - que concorreram ao primeiro turno -, e do Partido Comunista (Reconstruído), sagrou-se vencedor com 51,3% dos votos.

No primeiro turno, dia 26 de janeiro, Freitas do Amaral abocanhara 46% dos votos. Diante da ameaça de uma consolidação de sua vitória no dia 16 de fevereiro, os candidatos que ficaram em segundo e terceiro lugares, Zenha e Pintasilgo (esta, apoiada pelo PC(R)), manifestaram o apoio a Mário Soares.

DE OLHOS ABERTOS

O PC(R), que propôs a unidade de todos os setores democráticos e avançados em torno de uma única candidatura já no primeiro turno das eleições, também pediu votos para Mário Soares no segundo turno. Diferentemente do partido revisionista que, através de seu principal dirigente, Álvaro Cunhal, propôs aos portugueses que "fechassem

os olhos" para elegerem Soares, os comunistas do PC(R) trataram de levantar qualquer véu que atrapalhasse a visão do povo:

"Nesta situação em que Freitas do Amaral e Mário Soares se vão confrontar na 2ª volta (segundo turno), o CC do PC(R) não tem dúvidas nem hesitações em mobilizar todas as suas energias para uma nova batalha na luta pela derrota de Freitas do Amaral, votando em Soares.

"Nesta posição está bem vinculada a nossa linha consequente e determinada de derrota do principal inimigo da classe operária e do povo português nestas circunstâncias.

"Para isso temos que votar num burguês reformista de direita, um social-democrata, um demagogo.

Sabemos por isso que nenhuma conquista, nenhuma resistência assinalável podemos esperar da sua eleição, sem que o nosso povo aproveite este momento de vitória sobre Freitas do Amaral e se transforme na sua esmagadora maioria num movimento de exigências em torno da defesa das liberdades, do trabalho e do pão.

"O CC do PC(R) alerta e avisa Mário Soares e a sua candidatura que ela só poderá sair vencedora se houver um compromisso claro e perante o povo na defesa das liberdades políticas e sindicais, no direito ao trabalho e ao pão".

Mário Soares pulou dos 25% do eleitorado nas eleições de janeiro para 51,3% no segundo turno, sendo eleito presidente de Portugal. Deve tomar posse até o dia 16 de março. Vencedor, declarou-se fiel aos compromissos assumidos durante a campanha e solidário "especialmente com os mais pobres e os mais desprotegidos".

Com esse resultado, o povo português conseguiu impedir que a direita fascizante (Freitas do Amaral) ligado, inclusive, a grupos terroristas de direita empalmasse o poder. E, como bem frisou em editorial o órgão central do PC(R), "Bandeira Vermelha": "O essencial é a unidade que a classe operária alcança no movimento em torno de uma candidatura, levantando as suas reivindicações próprias imediatas: o pão, o trabalho, a liberdade, a independência nacional.

"Esse movimento e essa unidade são decisivos para o futuro.

"Porque não é Soares quem vai dar alguma coisa como não seria Zenha ou Pintasilgo. Tudo depende, isso sim, do movimento que se conseguir. Quanto maior e mais forte ele for, maior o ânimo para prosseguir a luta".



Filipinos com o gesto do "L" de *laban*, lutando pela democracia em seu país

Filipinos não aceitam Marcos na presidência

A Assembléia Nacional, o parlamento das Filipinas, proclamou a vitória do ditador Ferdinand Marcos nas eleições presidenciais realizadas dia 7, mas tudo indica que ele não conseguirá governar. Não existem dúvidas sobre o caráter fraudulento do pleito e o povo exige que sua vontade oposicionista seja respeitada.

Dia 16, em Manila, capital do país, ocorreu um ato público em apoio à candidata oposicionista Corazón Aquino. Uma multidão calculada em mais de um milhão de pessoas compareceu. Levantando o dedo em L, de "laban", que significa luta, os manifestantes portavam faixas com dizeres como "Marcos: Duvalier foi o primeiro, você será o próximo".

As forças oposicionistas desencadearam uma poderosa campanha de desobediência civil, que inclui boicote aos bancos estatais, jornais e rádios pró-governo e sete grandes empresas vinculadas a Marcos, além do não pagamento de impostos ou taxas. Foi também marcada uma greve geral para a próxima quarta-feira, dia em que está prevista a posse do ditador.

Os parlamentares oposicionistas, por seu turno, prometem boicotar as sessões da Assembléia Nacional, provocando uma "crise parlamentar" com a finalidade de impedir a posse de Marcos. Já no dia em que este foi proclamado vencedor das eleições, a oposição retirou-se do parlamento (que é completamente manipulado pelo governo).

Surgiu, ainda, o intitulado "Movimento Reformador das Forças Armadas", integrado por cerca de mil oficiais das três armas, que apelou aos soldados para que neguem a aplicar a violência contra "filipinos inocentes e amantes da paz", que estão aderindo à campanha de desobediência civil. A Conferência Episcopal divulgou nota condenando as fraudes nas eleições e apoiando o movimento oposicionista.

Nessas condições, o país torna-se "ingovernável" sob o comando de Marcos, como frisam os oposicionistas. O ditador está a cada dia mais isolado, sua permanência no poder não é tolerada pelo povo. Porém, ele já declarou diversas vezes que não pretende renunciar.

A situação tem se mostrado particularmente incômoda para os Esta-

dos Unidos da América, que possuem suas duas maiores bases militares no exterior nas Filipinas e até pouco tempo vinham dando integral apoio a Ferdinand Marcos. Constatando o crescente movimento das massas filipinas contra o ditador nos últimos anos (veja TO nº 252), o imperialismo ianque chegou a cogitar de sua substituição.

A princípio, o Departamento de Estado norte-americano parecia ter descartado seu velho aliado, oferecendo um discreto apoio a Corazón Aquino, que representa interesses da grande burguesia e até hoje esteve distante de posições antiimperialistas. O movimento de massas e as contradições no seio das classes dominantes filipinas, contudo, fizeram os EUA vacilar, notando-se mesmo certa divisão no seio do próprio governo sobre as atitudes a adotar.

O governo Reagan enviou alguns assessores para "acompanhar" o processo eleitoral. Todos presenciaram e denunciaram a ocorrência de fraudes, o que resultou numa grande campanha da imprensa ianque contra Marcos. A mobilização de massas em torno de Corazón Aquino assustou Reagan, que chegou a prometer respeitar os resultados oficiais das eleições e propôs a formação de um governo de coalizão entre Ferdinand Marcos e as forças oposicionistas.

A proposta foi descartada com firmeza por Corazón Aquino. As oposições, conforme ela, não aceitam qualquer tipo de negociação com o atual ditador filipino; exigem simplesmente que ele respeite a vontade popular e renuncie. Diante disto, o próprio Ronald Reagan, fez um novo recuo, admitindo que as eleições "foram prejudicadas pela fraude e violência generalizada do partido no poder".

O imperialismo ianque quer manter a todo custo o domínio sobre o processo político naquele país. Sua principal preocupação é, no momento, evitar que as contradições no seio da burguesia conduzam o movimento democrático em curso no país - hoje sustentado por uma grande mobilização popular - a uma radicalização incontrolável, adquirindo um caráter patriótico mais marcante, tendo como uma de suas principais bandeiras a expulsão dos EUA da região.

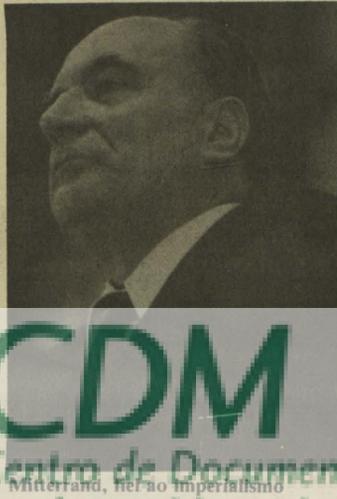
Chade é bombardeado pela França social-democrata

Doze aviões Jaguar franceses bombardearam, no dia 16, o aeroporto de Uadidum, no norte do Chade - paupérrima ex-colônia francesa localizada na África Central -, no que foi considerado como uma "advertência" ao dirigente líbio Muamar Kadafi, por seu apoio aos rebeldes do Gunt (Governo de União Nacional Transitório), do ex-presidente Gukuni Uedi, que dominam o norte do país. No dia seguinte, em represália, aviões líbios bombardearam o aeroporto de Njamena. E a França decide, então, enviar soldados e mais armas para defender o governo de Hissene Habre, que controla apenas o sul do país.

Desde a retirada das tropas francesas do Chade, em 1984 - quando foi assinado o acordo com a Líbia, dividindo praticamente o Chade em dois: o norte, sob o domínio de Gukuni Uedi e o sul, sob o governo de Hissene Habre - boa parte das armas e soldados não voltaram à França, mas permaneceram em países vizinhos. Na República Centro-Africana estão estacionados 1.500 soldados franceses, 500 veículos blindados, três mil toneladas de armamentos, 10 aviões Transall, 30 helicópteros, 10 aviões Jaguar e dois Boeing de reabastecimento. No Gabão, Senegal e Costa do Marfim

estão mais 2.500 soldados franceses, além de equipamento bélico.

Mais uma vez o governo social-democrata de François Mitterrand mostra-se um fiel executor da política do imperialismo francês, deitando por terra todo seu palavreado a respeito de socialismo, respeito à autodeterminação dos povos etc. etc.



Mitterrand, fiel ao imperialismo

Armas nucleares dos EUA na AL

Os EUA estão violando em Porto Rico o tratado de Tlatetolco, que proíbe a presença de armas nucleares na América Latina e no Caribe, afirmou, no dia 11, William Arkin, diretor do projeto de investigação sobre a corrida armamentista e as armas nucleares do Institute for Policy Studies, de Washington. Arkin fez essa afirmação perante uma comissão especial da Assembléia Legislativa de Porto Rico que estuda o papel desse "estado livre associado" (dos EUA) na estratégia nuclear norte-americana.

Porto Rico "é uma base de apoio para armas nucleares durante os tempos de paz e se converterá em uma base anti-submarina que operaria armas nucleares em tempos de crise ou guerra", afirmou o perito norte-americano, acrescentando que "a simples existência de planos e ensaios para se levar a cabo operações nucleares nessa área do mundo é uma violação das obrigações dos EUA sob o tratado (de Tlatetolco)".

Arkins lembrou, durante o depoimento, a invasão de Granada, em 1983, para exemplificar como essa ilha caribenha "está também integrada em uma estratégia militar convencional mais ampla, servindo como base operacional, de apoio, logística e administrativa para a intervenção militar e operações navais na América Latina e no Caribe".

A comissão de inquérito da Assembléia Legislativa de Porto Rico foi formada um ano depois que o New York Times publicou a denúncia da Associação dos Advogados porto-riquenhos de que o Pentágono estava na eminência de instalar 32 bombas nucleares na base de Roosevelt Roads de Ceiba, controlada pelas forças navais norte-americanas.

Assassinado irmão de comandante guerrilheiro

No dia 4 de janeiro foi assassinado na Colômbia Héctor Calvo Ocampo, irmão de Oscar William Calvo, dirigente do Exército Popular de Libertação, também assassinado semanas antes em Bogotá. O crime teve lugar em Cartago, onde Héctor era comerciante. Ficaram feridos Luz Estrella Calvo e outros dois acompanhantes. Desde o assassinato de Oscar Calvo sua família era alvo de ameaças e fustigamentos permanentes dos organismos paramilitares. O Partido Comunista da Colômbia (marxista-leninista) responsabilizou o governo de Belisário Betancur e suas forças repressivas por mais este crime.

Pilhas de ossos humanos em Uganda

Pilhas de ossos humanos, incluindo cerca de 200 crânios, foram mostrados a jornalistas e diplomatas, no último dia 11, em um acampamento militar de Kiboga, a 125 Km da capital, pelo novo presidente de Uganda, Yomeri Museveni, como mais uma prova das atrocidades cometidas contra os civis, durante os governos anteriores de Milton Obote e da junta militar que o derrubou.

Segundo Museveni, aquele espetáculo macabro era apenas uma mostra das 250.000 pessoas assassinadas pelos soldados de Obote, que se encontra refugiado na Zâmbia.

Racistas promovem assassinatos

Várias manifestações de protesto contra a política racista do governo sul-africano ocorreram em diversas partes do país, na última semana, com um saldo de pelo menos 19 mortos e 685 negros presos - 641 deles, por participar de uma assembléia "ilegal" em Witbank.

A repressão foi mais violenta em Alexandra - gueto negro próximo a um rico subúrbio branco de Johannesburg - onde teriam ocorrido (segundo dados não confirmados) 80 mortos e cerca de 300 feridos.

Até Ronald Reagan abandonou seu amigo ditador do Haiti

E Ronald Reagan, quem diria, não quer dar asilo a seu amigo e fiel aliado Baby Doc, o ditador escorraçado do Haiti pelo povo em fúria. Os Estados Unidos recusa-

ram-se a receber Jean Claude Duvalier, que está na França do falso socialista Mitterrand. Embora não o queira em terras ianques, Reagan está procurando um

país que abrigue o ex-ditador - a quem apoiou na repressão ao povo haitiano, e de quem recebeu valiosos serviços no sujo trabalho de facilitar a exploração da ilha pelas multinacionais norte-americanas. França e EUA chegaram até a pressionar o Brasil, para ver se Baby Doc poderia se refugiar aqui.

Não é a primeira vez que um ditador sanguinário fica sem pousada certa após ser despejado do poder. O Xá Palevhi do Irã e o general Anastácio Somoza - os dois também fiéis aliados dos EUA - já passaram por disabores semelhantes. Reza Palevhi morreu no Egito, de câncer. Somoza teve fim menos feliz: foi espatifado por uma bazuca em plena Assunção, capital do Paraguai. Baby Doc, enquanto não encontra sua última morada, fica na França, a espera de um país que lhe dê asilo oficial.



Duvalier, o Baby Doc, e sua mulher refugiaram-se na França

Clássicos do marxismo

MARX E ENGELS

Sobre literatura e arte	Cr\$ 26.000
Ideologia alemã	Cr\$ 35.000
Obras escolhidas (3 volumes), cada	Cr\$ 90.000
Manifesto do Partido Comunista	Cr\$ 12.000
A Comuna de Paris	Cr\$ 20.000
Sindicalismo	Cr\$ 24.000
Sobre a religião	Cr\$ 60.000

LÊNIN

Sobre os sindicatos	Cr\$ 35.000
O trabalho do partido entre as massas	Cr\$ 35.000
O Estado e a revolução	Cr\$ 38.000
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	Cr\$ 35.000
Imperialismo, fase superior do capitalismo	Cr\$ 31.000
O programa agrário	Cr\$ 35.000
Sobre a emancipação da mulher	Cr\$ 46.000
Obras escolhidas (3 volumes), cada	Cr\$ 90.000

STÁLIN

Problemas econômicos do socialismo	Cr\$ 20.000
Questões políticas	Cr\$ 23.000
O marxismo e o problema nacional e colonial	Cr\$ 35.000
Materialismo dialético e materialismo histórico	Cr\$ 16.000

Pedidos à Editora Anita Garibaldi, com o envio de cheque nominal no valor da compra. Av. Brig. Luís Antônio, 1.511, CEP 01317, fone 251.2729, São Paulo, SP.

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Aumentam as pressões para mudar a Lei da Informática

Um dia antes de tomar posse, o novo ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, resolveu expor ao público suas propostas sobre a Lei de Informática, defendendo mudanças nos critérios de reserva de mercado para agradar o imperialismo ianque. Não manteve por muitas horas estas opiniões mas os patriotas devem estar alertas.

De fato, no dia posterior à entrevista de Sodré, o próprio presidente Sarney redigiu e mandou divulgar uma nota onde diz que "a política de reserva de mercado para o setor de informática reflete os interesses nacionais e não será aliviada nem modificada". De quebra, admite que "alguém" pode pensar diferente, mas "a posição oficial do governo e do presidente são de que em hipótese alguma haverá alteração nessa área".

ORQUESTRA ENTREGUISTA

Desautorizado, o novo chefe do Itamaraty, que iniciou sua nova carreira de uma forma um tanto quanto embaraçosa (veja matéria nesta página sobre a repressão à guerrilha colombiana), refreou seu ímpeto entreguista e procurou um meio de dar o dito por não dito. Certamente

acanhado, esforçou-se por deixar o desmentido pela metade: "A questão da reserva de mercado é intocável no momento, mas não é um dogma", acentuou. "Com o tempo ela poderá ser revista".

As declarações de Sodré evidenciam que a batalha em favor da reserva de mercado está ainda muito longe de poder ser considerada encerrada. A circunstância de tratar-se de um ministro, e exatamente o que é encarregado pelas Relações Exteriores, é um agravante. Mas não é tudo.

Sodré não é voz isolada nem mesmo dentro do governo Sarney. Soma-se a ele, por exemplo (e para citar apenas um caso), o empenho entreguista do senhor Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações que não tem medido esforços para desmoralizar a Lei da Informática.

Observa-se, no momento, a continuidade do barulhento ensaio da orquestra entreguista. No caso da reserva de mercado para o setor da informática, a batalha nunca deixou de existir e vem se exacerbando desde que o Congresso Nacional aprovou a lei em vigor, em outubro de 1984.

O mais recente sinal para que se desencadeasse ataques mais audaciosos partiu do próprio presidente dos EUA, Ronald Reagan, em setembro do ano passado. O canastrão do cinema americano exigiu a abertura do mercado brasileiro de informática e plena liberdade de investimento do capital norte-americano no setor. Ameaçou o Brasil com represálias comerciais e instituiu uma comissão de estudos para averiguar os "prejuízos" das empresas ianques causadas pela legislação brasileira.

Depois disto, vários outros porta-vozes do imperialismo ianque bateram na mesma tecla, o senador Roberto Campos, ou melhor o Bob Fields, tratou de encaminhar à Procuradoria-Geral da República uma representação solicitando a declaração da inconstitucionalidade da lei de reserva de mercado. Enfim, mais recentemente a imprensa divulgou um "estudo" das autoridades americanas dando conta de que até 1992 os EUA deixarão de exportar 15 bilhões de dólares para o Brasil em função da proteção à indústria de micro e minicomputadores.

Ao mesmo tempo, o governo Reagan trata de pressionar aumentando o protecionismo contra as exportações brasileiras, chantageando com a dependência do país e com as humilhantes "obrigações" decorrentes da dívida externa. Do lado americano, estão em jogo as necessidades de expansão do capital aplicado na área de informática, principalmente porque o próprio mercado nos EUA já está saturado (os negócios da IBM, por exemplo, estão declinando dentro dos EUA e só encontram espaço para ampliação no exterior). Ao povo brasileiro, por outro lado, coloca-se a necessidade de repelir com energia as investidas dos monopólios imperialistas dos entreguistas, defendendo a reserva de mercado para a informática, que é um dos instrumentos para conquistar a verdadeira independência nacional.

Brossard questiona fim do "entulho" agora

Informações contraditórias cercam o destino dos anteprojetos de lei deixados pelo ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, com o presidente José Sarney. O novo ministro, Paulo Brossard, questiona "se vale a pena mandar esses projetos para o Congresso Nacional", porque eles dificilmente seriam votados antes da Constituinte. Entre os anteprojetos, está o que revoga a Lei ditatorial de Segurança Nacional, ainda em vigor.

Segundo Brossard - um liberal gaúcho, egresso do PL e membro do PMDB - será necessário reexaminar todos os projetos - das leis de imprensa, de censura, dos estrangeiros e da chamada Lei de Defesa do Estado Democrático, que substituiria a LSN. Esta última centraliza as atenções do novo ministro, que joga a batata quente para o presidente José Sarney: "É ele - comenta Brossard - quem avaliará se os projetos devem ir para o Congresso Nacional este ano, um ano em que o Congresso não vai funcionar direito em função das eleições de novembro".

Caso esta tendência não seja revertida, os brasileiros seriam constrangidos a eleger a Constituinte sob a ameaça de toda uma coleção de leis herdadas da ditadura. E isto afetaria o caráter livre da eleição e da própria Constituinte, que, por princípio, não pode conviver com o chamado "entulho autoritário". Nas novas condições do país, já não existe clima para a aplicação de tais leis. Mas a simples sobrevivência delas constitui uma deformação e um atraso na democratização.



Brossard põe em dúvida "se vale a pena"

A remoção desse "entulho" vem se arrastando, em câmera lenta, desde o fim do governo militar. Durante todo o ano passado a Câmara Federal e o Senado, semiparalisados na antiga rotina, não tomaram a iniciativa de varrer a legislação ditatorial. As medidas neste sentido partiram do executivo (reforma constitucional de maio, mensagem de convocação da Constituinte), ou, no caso da lei partidária, foram tomadas na última hora antes do recesso parlamentar de fim de ano.

EM CÂMERA LENTA

O Ministério da Justiça, por seu turno, ao longo de todo o ano não deu ao pro-

blema a urgência devida. Só às vésperas de desincompatibilizar-se do cargo, Fernando Lyra remeteu para a Presidência toda uma série de anteprojetos - oito ao todo, alguns deles ainda não concluídos. Comenta-se, maliciosamente, que a fúria legisferante do ex-ministro teria intenções eleitorais. Lyra tencionava disputar com o deputado Miguel Arraes a indicação pelo PMDB como candidato ao governo de Pernambuco.

QUESTÃO URGENTE

Com as coisas no ponto onde estão, o que importa é varrer o quanto antes a legislação do velho regime, em especial a LSN. E o caminho mais curto será enviar os projetos e pressionar o Congresso para que sua tramitação não se arraste. Caberá ao Legislativo introduzir as mudanças - algumas indispensáveis - nas propostas apresentadas. Quanto à Constituinte, sua missão será fixar os contornos do novo regime democrático. Não teria sentido arrastá-la, como quer a direita, com o encargo de ficar removendo as velharias ditatoriais.

O ministro Brossard interroga-se quanto à conveniência de haver uma lei especial de defesa do Estado. É razoável. Mas seria formalismo apegar-se a isso para protelar a eliminação da LSN e congêneres. E o preço de semelhante formalismo seria deixar que a campanha eleitoral, a votação e os próprios trabalhos da Constituinte transcorressem à sombra dos fantasmas autoritários deixados pela ditadura.



Intolerável intromissão nos assuntos internos da Colômbia

No último dia 18, o novo ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, anunciou que o Brasil estaria disposto a ajudar o governo da Colômbia no combate à guerrilha. No dia seguinte, o Exército brasileiro fez saber que poderia dar cursos de combate à guerrilha aos militares do país vizinho, numa intromissão indevida em assuntos do povo colombiano.

Dias antes de sua declaração sobre a "ajuda" ao governo antipopular colombiano, o ministro Sodré já havia anunciado sua concepção de que a política externa brasileira deve pautar-se pela "imposição de um país que é um continente e é a segurança de todo esse hemisfério". Uma típica ideologia hegemônica, chauvinista, que deixa aberta a possibilidade de intervenção nos países fronteiriços, a exemplo da levada à prática pelas superpotências imperialistas, Estados Unidos e União Soviética.

No caso específico da Colômbia, o Exército já andou ensaiando ganhar a opinião pública para o apoio a uma possível ação armada. O general Otávio Medeiros (acusado de ser um dos mandantes do assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten) carregou consigo uma equipe da Rede Globo pelas selvas amazônicas, mostrando suas proezas no combate a grupos guerrilheiros que ousassem atravessar a fronteira.

Agora a coisa fica mais clara. Quem pensa mesmo em atravessar a fronteira é o lado de cá. Sodré contou que no dia 30 de janeiro, o próprio presidente José Sarney teria oferecido os préstimos de nossos soldados ao chefe do Estado colombiano, Belisário Betancur, no encontro entre ambos em Manaus. Na época, o presidente brasileiro havia dito à imprensa que em nenhum



O ministro Abreu Sodré e o general Otávio Medeiros querem "ajudar" a repressão na Colômbia

momento nosso país se preocupou com a guerrilha colombiana. E o então chanceler Olavo Setúbal chegou a afirmar que era "inadmissível" o Brasil ajudar o Exército colombiano no combate aos que desenvolvem a luta armada naquele país.

Já agora, uma "alta patente militar, da assessoria do gabinete do ministro do Exército", citada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", anuncia que os generais continuam "indagando-se sobre os tipos de ajuda que poderiam servir ao país vizinho - se armas ou tropas".

RESPEITO À SOBERANIA

O jornal também faz saber que o Exército brasileiro poderá oferecer ao Exército colombiano "informações de alto nível sobre localização ou ação do M-19, ou outro grupo guerrilheiro que esteja na fronteira", e ministrar "cursos militares em escolas brasileiras, sobretudo no Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs) e curso de Comando de Estado-Maior, da Eceme."

O ministro Roberto de Abreu Sodré emitiu nota oficial tentando desmentir suas declarações anteriores, responsabilizando os repórteres por "um entendimento



truncado e parcial de suas expressões". Mais uma frustrada intenção de tapar o sol com a peneira.

O Brasil tem um compromisso, perante seu povo e perante as outras nações, de não interferir nos assuntos internos de outro país. Não é admissível que governantes, militares ou civis, passem por cima deste preceito da diplomacia internacional. Se outros povos empunham armas para derrubar seus opressores, ou apóiam e defendem seus governantes, são problemas de competência exclusiva destes povos. Sabe-se, por outro lado, que quando governos burgueses começam a se intrometer na política de outras nações, não é no interesse das massas trabalhadoras, da defesa da liberdade, da democracia. Muito pelo contrário.

Durante o regime militar, o Brasil instruiu e até exportou torturadores para países vizinhos. Mesmo a invasão do Uruguai esteve nos planos dementes dos generais no poder. A ditadura militar foi derrotada em nosso país. E suas intenções hegemônicas não cabem num Brasil democrático e progressista, pelo qual nosso povo luta.

João Amazonas critica o recuo do governo Sarney

"A articulação de uma frente de esquerdas é uma blague, até porque os seus próprios articuladores acabam assimilando forças de direita, como é o caso, por exemplo, da aliança PDT/PDS no Rio Grande do Sul". A afirmação é do presidente do Diretório Nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, feita em Curitiba. "Nós, ao contrário, jogamos firme na necessidade de uma frente popular, constituída pelas bases, todas elas desejosas de mudanças em profundidade" comentou para acrescentar: "Foi assim, unido pela base, que conseguimos pôr fim ao regime militar e será assim que conseguiremos nos aproximar das mudanças".

Amazonas esteve em Curitiba na segunda e terça-feira, dias 17 e 18, para lembrar os 24 anos da reorganização do PC do B; lançar uma campanha do Diretório Regional que pretende, em 90 dias, triplicar o número de filiados do partido no Estado; e proferir palestra sobre o tema "Os comunistas e a Assembleia Nacional Constituinte".

Na segunda-feira à noite, o dirigente comunista participou de concorrido jantar com jornalistas. Na terça-feira, almoçou com o prefeito Roberto Requião, a convite deste, e, à tarde, foi recebido pelo chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, Walter Precoits, em nome do governador José Richa, que estava viajando. À noite, no Solar do Barão, organismo da Fundação Cultural de Curitiba, proferiu sua palestra.

INTENSIFICAR A PRESSÃO

Na terça-feira cedo, ao ser entrevistado no programa "Bom Dia Paraná", Amazonas



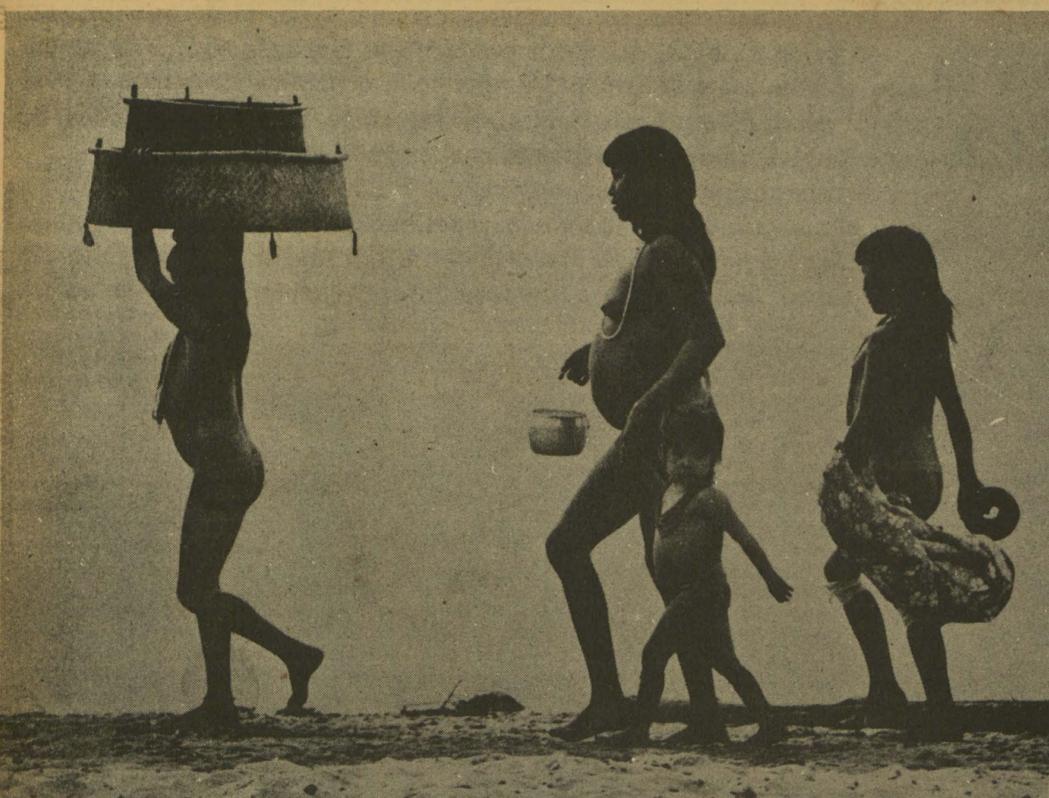
Os paranaenses ouviram com atenção a palestra proferida pelo dirigente do PC do Brasil

nas acusou a inclinação à direita do governo Sarney, sobretudo pelos rumos impostos à política econômica. "No início, o governo Sarney era progressista e, em geral, democrático. Mas, em determinado momento, entrou por um caminho falso que fez a situação se agravar. Isso ocorreu bem antes da recente reformulação do ministério", disse Amazonas. "Agora", acrescentou, "vamos passar do apoio crítico para uma posição de vigilância. Embora não seja o caso de desestabilizar no momento o governo, porque isto apenas beneficiaria as forças de direita, pensamos que a pressão pelas mudanças deve se intensificar num amplo movimento pelas bases".

João Amazonas também anunciou que o PC do B concorrerá às eleições proporcionais deste ano com candidatos próprios e, quanto às majoritárias, "apoiaremos em princípio, o PMDB. Mas isto ainda depende de negociações posteriores".



mais coerente deste partido". No entanto, ele acredita que as forças progressistas do PMDB acabarão predominando sobre as conservadoras, "pois é indiscutível que a tendência do atual processo político é de caminhar para a esquerda. Este é o rumo imposto pela própria disposição do povo e quem não reconhecer isto estará fora do curso da história".



A preservação da cultura e da vida indígena está intimamente ligada à questão da demarcação de suas terras

Funai, "uma bananeira que não deu cacho"

No dia 17 o governo anunciou a formação de uma comissão formada por representantes de oito ministérios, do Conselho Nacional do Índio, Apoena Meireles, para reformular a Funai. Foi a consequência imediata do pedido de demissão de Apoena da presidência (depois de formada a comissão, ele voltou atrás).

Apoena Meireles é o quinto presidente da Funai em menos de um ano de Nova República. Seu pedido de demissão, apresentado dia 13, foi uma demonstração clara de que a entidade está falida. O próprio ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, a classificou como "uma bananeira que não deu cacho". E Apoena, em seu pedido de demissão, onde fez graves denúncias sobre a situação do órgão, foi taxativo: "As mudanças que sempre idealizei para o órgão não são possíveis de ser implantadas, quer por fatores de ordem orçamentária, ou, ainda, por pressões políticas oriundas dos diversos segmentos da sociedade".

ÓRGÃO AUTORITÁRIO

Para a antropóloga Carmem Junqueiro, uma das principais estudiosas do problema indígena em nosso país, a Funai "é um órgão autoritário, um cabide de emprego". Ela explica seu ponto de vista:

"Por ser uma fundação, a entidade é mais 'liberal' na prestação de contas. Por outro lado, está locada no Ministério do Interior. Ora, esse

Ministério destina-se a gerenciar a penetração das atividades empresariais no país (mineração, reflorestamento etc.). E é esse o local onde vai-se tratar da questão indígena? Claro que não. O que acontece é que as terras dos índios ficam sob constante ameaça".

A antropóloga acha também que a Funai tem "um orçamento ridículo, e aplicado de maneira errada. Para trabalhar na sede, em Brasília, tem muito candidato. Mas para ir pro mato, pegar malária, enfrentar a falta de recursos etc., e dar assistência aos índios, daí ninguém quer. E o pessoal que trabalha no campo tem salários irrisórios".

Carmem Junqueiro acha que o problema indígena é insolúvel nos marcos do capitalismo: "O índio quer terra para viver. É fundamental demarcar o seu território. Mas quando você fala na questão da terra no Brasil, automaticamente você mexe com o poder. É só vermos o estardalhaço que houve com o anúncio do Plano de Reforma Agrária do governo. Ele ainda nem foi aplicado, e a reação dos latifundiários e dos grandes empresários foi enorme. Imagine então as terras dos índios, que não a querem para trabalhar, fazê-las produtivas, mas para viver nelas de acordo com seus costumes, com sua cultura. São terras ricas em minérios, cobiçadas pelo capital nacional e internacional".

O próprio presidente José Sarney afirmou em discurso do Dia do Índio do ano passado (o primeiro da Nova República) que o país tinha

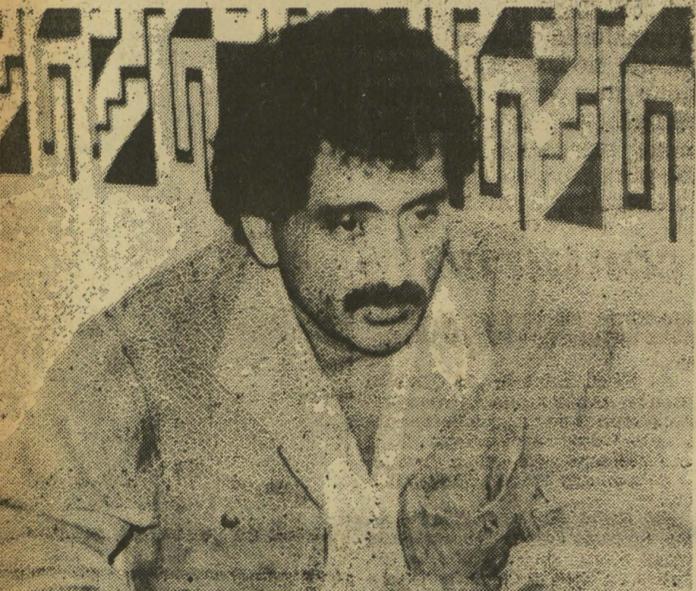
uma dívida histórica a saldar com os aborígenes "não apenas mediante a assistência às suas diversas necessidades materiais e espirituais (...), mas também na solução do problema crucial da demarcação das suas terras, elo fundamental na sobrevivência indígena, muitas vezes afetado com o avanço das frentes pioneiras no Interior".

Mas pouca coisa foi feita de concreto em favor do índio. "Falta vontade política", afirma Carmem. "Os índios querem ser como eles, e não como gostaríamos que eles fossem. Nós não podemos exigir que um povo caçador, de existência milenar, de repente fique sedentário porque vai prejudicar tal ou qual mineradora ou porque pretendemos construir uma hidroelétrica em suas terras. Para a própria sociedade é bom demarcar as terras indígenas, porque daí fica-se sabendo quais são de fato as terras públicas, que podem ser lavradas, exploradas, ocupadas".

Fazendo ressalva em relação aos "idealistas, bem intencionados, que trabalham na Funai", a antropóloga faz uma denúncia alarmante sobre o departamento jurídico do órgão: "Alí tem muito problema de corrupção, de venda de terras de índios etc. Um parecer desse departamento tem consequências diretas sobre a ocupação ou exploração de território indígena por empresas. Os funcionários ganham pouco, e não estão alheios a ofertas dos empresários..."

O próprio Apoena, em sua carta de demissão, escreveu: "Os empregados do órgão que atuam nas formas mais adversas não recebem a justa recompensa, em face do trabalho atípico que desempenham, abrindo, dessa forma, campo para a atuação dos chamados 'profissionais do índio', normalmente carentes de ideais e de ideologia duvidosa, incompetentes, irresponsáveis e propulsores de foco de agitação e constantes confrontos entre tutelados e dirigentes do órgão". Devido a isso, afirma o presidente da Funai, alguns índios "chegam até a exigir indenizações pelo tempo em que desempenharam a função de caciques nas aldeias; autorização para exploração, por terceiros, de garimpo em área indígena e aquisições indiscriminadas de viaturas doadas diretamente ao índio em prejuízo das comunidades".

A comissão formada pelo governo tem 90 dias para apresentar os resultados de seu trabalho. Mas é sabido que qualquer solução que realmente atenda aos interesses dos aborígenes passa, obrigatoriamente, pela demarcação de suas terras e respeito aos seus direitos e sua cultura.



Apoena, presidente da Funai: "A entidade é inviável"

Reunião nacional do PC do B em Brasília

Nos dias 7 e 8 de março a Comissão Diretora Provisória do Partido Comunista do Brasil realizará uma reunião pública, no auditório Nereu Ramos da Câmara Federal. No dia 7 pela manhã haverá um ato solene de abertura com a presença de parlamentares, sindicalistas e personalidades políticas convidadas. Dos debates nos dois dias participarão delegações de todas as Comissões Regionais do PC do B.

O temário sera:
 - O PC do B face ao governo e a situação do país.
 - As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e os governos estaduais.
 Sábado à tarde o encerramento terá a presença de delegações populares de várias cidades, principalmente das localidades vizinhas, de Brasília e Goiânia.

Investida antinacional contra Banco do Brasil

O Conselho Monetário Nacional (CMN) tomou, recentemente, a decisão de acabar com a conta-movimento do Banco do Brasil. A medida tem caráter antipopular e facilita a penetração do capital financeiro internacional no país. Mereceu, por isto, o repúdio do povo e, em particular, dos bancários brasileiros, atingidos de forma mais direta. A este respeito, o presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, João Amorim Coutinho, deu a sua opinião para a *Tribuna Operária*:



Funaro distoando dos interesses brasileiros

A história se repete. As investidas contra o Banco do Brasil representam mais uma tentativa do capital monopolista internacional para destruir um patrimônio nacional. Já foi assim com a Campanha Vale do Rio Doce, com a Petrobrás, e continuará sendo, na tentativa de desnacionalizar por completo nossa economia. Não foi por mero acaso que a decisão do Conselho Monetário Nacional de acabar com a conta-movimento do BB - abrindo caminho para sua desestabilização - tenha ocorrido assim que o ministro Dilson Funaro voltou do exterior, após reunião com o famigerado Fundo Monetário Internacional.

PRETEXTO VAZIO

A conta-movimento, que Funaro, Sayad e todos os órgãos da grande imprensa, numa bem urdida e orquestrada campanha nacional, responsabilizam agora pelos males da economia brasileira, identificando-a como a grande alimentadora da inflação, não passa de pretexto para a medida antinacional do Conselho.

Essa história é velha. Os salários já foram responsáveis (e continuam sendo), foram comprimidos durante longos anos, e a inflação continuou crescendo. Agora é a conta-movimento.

É verdade que a emissão de dinheiro pelo Banco Central, para cobrir saques que o BB realiza na conta-movimento, tem efeito inflacionário. Mas é igualmente verdade - e isso eles não dizem - que o banco não saca por conta própria, mas por determinação superior, do ministro da Fazenda e para atender a necessidades conjunturais da nação, muitas de caráter social.

É o caso de se precisar de dinheiro para atenuar os catastróficos efeitos da seca no Sul ou das enchentes no Nordeste; ou, como recentemente, para garantir a devolução do Imposto de Renda.

DESNACIONALIZAÇÃO

Por outro lado, é com essa disponibilidade de recursos que o BB pode cumprir seu papel de banco social, de instrumento do governo de fomento à economia, inclusive nas regiões mais distantes e atrasadas, onde mantém postos ou agências deficitárias, pioneiras, buscando desenvolver a região. Depois então aparecem o Bradesco, Itaú, etc. É com esses recursos

que o BB pode financiar a agricultura, a produção de alimentos, adquirir safras, trabalhar com juros subsidiados de 33% ao ano e apoiar os pequenos e médios empresários com taxas mensais em torno de 7%. E aí a ação do banco passa a ter o efeito contrário ao que propalam: trabalhando com taxas de juros mais baixas, ele evita que os bancos privados elevem demais suas taxas. Tem assim um poder inibidor da inflação. Uma coisa, portanto, compensa a outra.

No fundo mesmo, o que se pretende com essa trama, à qual os grandes veículos da imprensa (e também nossos ministros), se prestam com tamanha dedicação, é abrir caminho para que o setor financeiro estatal seja entregue aos grandes grupos financeiros privados nacionais e internacionais. Enfraquecido o banco do Brasil, que não possui a necessária agilidade e condições tecnológicas para atuar em faixas do mercado onde ele é muito atrasado em relação aos grandes bancos privados e com eles não têm condições de competir, desta forma, então, o BB torna-se fácil para ser logo absorvido. O Citybank, só para citar um, está aí chegando, muito interessado.

A "síndrome" da estatização parece alarmar o governo, em coro com os setores que insistem em entregar nossa economia (e o próprio país) ao capital estrangeiro. Contra isto devemos responder na mesma moeda, desencadear uma ampla campanha de massas em torno do que é anseio do povo e, em particular, reivindicação dos bancários: a estatização de todo o setor financeiro do país. E engrossar, com isto, uma outra campanha, ainda maior, pela suspensão do pagamento da dívida externa, que tem tornado nosso país mais débil perante as investidas dos monopólios estrangeiros e dos entreguistas internos. Essa é a única maneira de estancar a inflação, livrando-nos dos vampiros do FMI e viabilizando uma nova ação.

É isso que o povo quer. Os brasileiros não vão permitir que se destrua um patrimônio seu como é o Banco do Brasil.

**DIA 2 DE MARÇO
10 HORAS**

JOÃO AMAZONAS

OS COMUNISTAS E A CONSTITUINTE

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO
AUDITÓRIO TEOTÔNIO VILELA
PARQUE IBIRAPUERA**



PRESENTE NACIONAL DO PC DO B E DEPUTADO CONSTITUINTE DE 1946.

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Firmeza contra o revisionismo

Completaram-se no último dia 18 de fevereiro 24 anos da ruptura entre os marxistas leninistas e os revisionistas em nosso país e a conseqüente reorganização do Partido Comunista do Brasil. O episódio tem a maior importância pois representa o fracasso da tentativa de liquidar a organização de vanguarda da classe operária e um salto de qualidade na vida do PC do B, tornando-se mais apto a cumprir a missão histórica de Estado Maior revolucionário do proletariado brasileiro.

PERÍODO DE REFORMA

Neste período, as ilusões reformistas encontravam um terreno fácil. O capitalismo em plano mundial vinha de uma fase de recuperação, possibilitando temporariamente novas oportunidades de emprego e inclusive certas melhorias salariais para os trabalhadores. No Brasil o "desenvolvimento" do governo Juscelino trazia esperanças de um grande surto de progresso. E embora esta orientação fosse aplicada com a abertura das portas para a invasão do capital estrangeiro, era apresentada como um esforço para reforçar a independência.

Paralelamente a isto, a burguesia tratava de corromper uma camada privilegiada do proletariado, principalmente nas empresas estatais, com salários mais elevados e posições vantajosas, para lhe servir de apoio. Também no movimento sindical, atrelado ao Ministério do Trabalho, uma parte dos sindicalistas se deixava levar a reboque do governo enquanto utilizava em proveito próprio os generosos recursos do imposto sindical.

CONTRA A CORRENTE

Nesta conjuntura é que a direção do Partido, pressionada pelos sindicalistas apaleados e pela camada da aristocracia operária, deixando-se embalar pelo sonho pequeno burguês de vitórias fáceis e influenciada pelas concepções de uma "revolução" pacífica através do parlamento, difundidas em plano internacional pelo grupo de Nikita Krushev na URSS, tentou transformar o PC do B num agrupamento reformista. Sob a tutela de Luís Carlos Prestes e Giocondo Dias, o Comitê Central violou as normas de funcionamento interno, manobrou desonestamente na preparação do Vº Congresso, destituiu os dirigentes que se opunham à linha revisionista, criou uma nova organização com o nome de PC Brasileiro - mantendo a antiga sigla PCB para ludibriar os trabalhadores - e adotou um programa reformista muito semelhante aos dos partidos burgueses.

Hoje, passados tantos anos, fica mais fácil aquilatar a firmeza do grupo de revolucionários que ousou marchar contra esta corrente então aparentemente poderosa. O golpe de 1964 em nosso país, assim como as quarteladas no Chile, Argentina e inúmeros outros países, demonstraram inequivocamente que constituiu um erro grave para os trabalhadores sonhar com conquistas crescentes, estáveis e duradouras, nos marcos do regime de exploração capitalista. Embora seja possível e desejável obter certas vitórias imediatas, a solução dos problemas maiores dos explorados exige a revolução. E para levar à prática esta transformação radical, é absolutamente indispensável um partido proletário, armado com a teoria científica de Marx e Lenin. Para preservar esta organização de vanguarda é que se deu a ruptura com o bando renegado de Prestes e Giocondo.

CONTINUAR A BATALHA

Hoje, não basta constatar o heroísmo dos revolucionários que defenderam o PC do B. O mais importante é dar continuidade à batalha política e ideológica que levou à reorganização do Partido em 18 de fevereiro de 1962. Cada trabalhador que se incorpora a esta tarefa e ingressa no seu Partido presta um inestimável serviço à sua classe.

(Rogério Lustosa)

Os frutos amargos da traição de Krushev no XX Congresso

Passados 30 anos de realização do XX Congresso do PCUS - em fevereiro de 1956 - é evidente que atrás das acusações caluniosas contra Stálin estava encoberta uma virada radical na sociedade soviética, e na relação entre os partidos que seguiram Nikita Krushev. Mas o abandono dos princípios marxistas levantou uma maré desagregadora que hoje atormenta os próprios dirigentes revisionistas. No momento, o que predomina é a palavra de ordem cada um por si.

Em primeiro lugar, seria necessário delimitar qual a importância do XX Congresso do PCUS, realizado três anos depois da morte de Stálin, principal dirigente do Partido e do Estado soviético por três décadas. No processo de sua substituição apareceram os primeiros sinais de que algo mais mudara na URSS além de seu líder maior.

A fama do XX Congresso se liga ao grande alarde feito pela burguesia com o relatório nele apresentado pelo então secretário-geral do PCUS Nikita Krushev. Simplesmente todas as acusações feitas a Stálin pela reação eram então endossadas pelo mais alto funcionário soviético. Krushev debitava ao "culto da personalidade" de Stálin, a seus "métodos autoritários" e a "concepções sectárias" na construção do socialismo as dificuldades encontradas pelo primeiro Estado operário.

A surpresa causada pelos ataques desfechados a Stálin, principalmente pela forma como foram feitos, o relatório foi apresentado em sessão secreta no Congresso à qual não tiveram acesso os dirigentes dos partidos comunistas presentes, mas em poucos dias era divulgado pela imprensa mundial e provocaram verdadeira tempestade no movimento comunista. Mas as demais teses apresentadas por Krushev ao Congresso ajudam a entender o verdadeiro alvo das acusações levantadas contra Stálin: o marxismo-leninismo e a experiência da construção do socialismo na URSS é que estavam na mira dos novos dirigentes soviéticos.

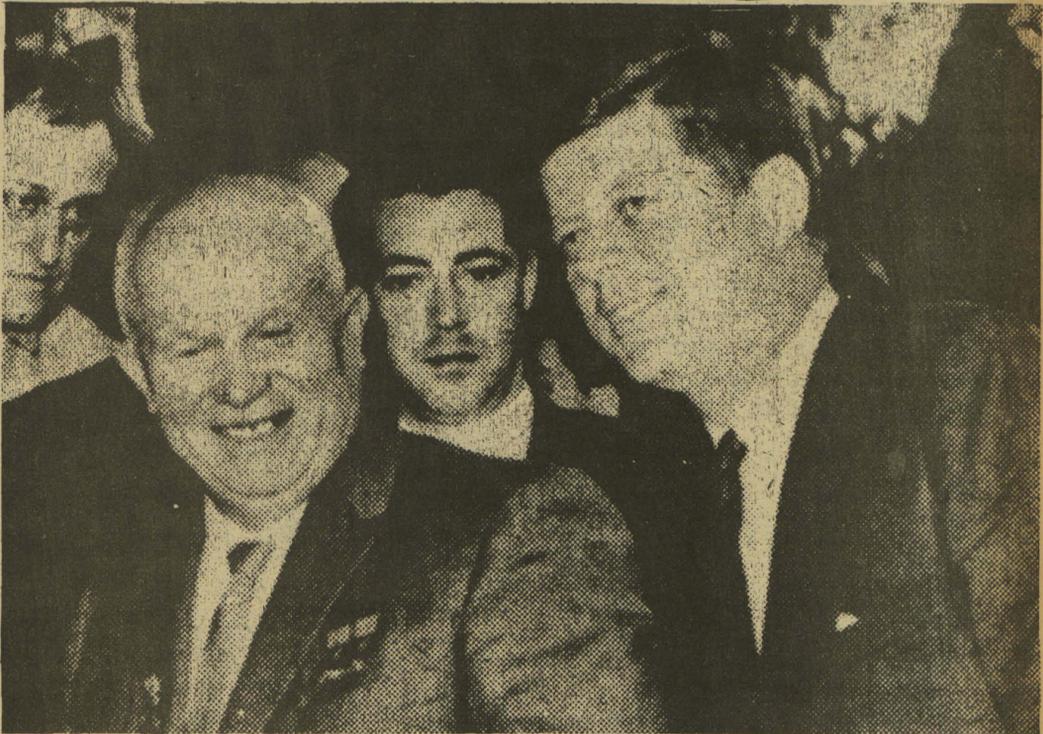
Por trás do ataque a Stálin, abandono dos princípios do marxismo-leninismo

A linha política adotada pelo PCUS em seu XX Congresso tinha alguns pilares. Em primeiro lugar, estabelecia que as relações com o imperialismo norte-americano deveriam ser presididas por uma nova interpretação da coexistência pacífica, cujo conteúdo se resumia em abandonar a luta de classes pela derrocada do capitalismo em troca de uma competição pacífica entre URSS e EUA. A consequência desta primeira orientação foi a defesa da transição pacífica do capitalismo ao socialismo como linha mestra para todo o movimento comunista. O combate ao "dogmatismo" de Stálin, prosseguia com a adoção de uma nova política econômica cujo sentido era o da restauração capitalista onde se orientava as empresas para o lucro próprio, ao mesmo tempo em que se aboliavam os planos econômicos centralizados e era dado aos diretores de empresa o poder de demitir operários segundo suas conveniências administrativas.

Resistência firme à traição

Desde seu surgimento, as idéias revisionistas de Krushev encontravam resistência dentro do movimento comunista internacional. A partir do "relatório secreto" contra Stálin, divulgado no XX Congresso do PCUS, o Partido do Trabalho da Albânia passou a criticar as posições do grupo krushevista abertamente.

Resgatando o papel de Stálin como dirigente da URSS e do movimento comunista, o PTA desenvolveu um importante papel no desmascaramento dos revisionistas. Apesar de pequena, a Albânia preservou-se como



Enquanto fazia raivosos ataques contra Stálin, Krushev derretia-se em amabilidades com Kennedy

O que aconteceu no XX Congresso, portanto, não foi apenas uma, no mínimo suspeita, "autocrítica" dos dirigentes do PCUS, mas a abertura das comportas para a revisão de princípios e posições do movimento comunista, onde os ataques a Stálin cumpriram o papel

de cortina de fumaça. Além disso, ficou mais fácil negar o marxismo-leninismo depois de golpear a memória daquele que durante anos personificara a sua aplicação na URSS e a sua defesa na arena internacional.

O Congresso de 1965 significou um verdadeiro sinal de largada para que em todos os partidos comunistas os arautos do revisionismo se pusessem em ação. Respaldados pelas críticas a Stálin, muitos, muitos deles foram reabilitados e levados mesmo à direção dos partidos de onde tinham sido até mesmo expulsos. Foi, por exemplo, o caso da Polônia, onde Vladislav Gomulka - preso anos antes em razão de sua atividade nociva como dirigente - saiu diretamente da cadeia para a primeira-secretaria do Partido Operário Unificado Polonês (POUP). Também na Hungria acabaria por ser destituído o veterano comunista Matias Rakosi, que relutava em aceitar as resoluções do XX Congresso do PCUS.

Este movimento tinha inicialmente duas mãos: substituíam-se os "resistentes" à nova direção soviética pelo pior dos oportunistas, como Gomulka, desde que este se apresentasse dócil. E, com isto, se exibiu outra face dos "novos rumos" seguidos na URSS: os demais países socialistas e o conjunto do movimento comunista deveriam servir como instrumento da URSS na busca da hegemonia mundial.

Neste mesmo sentido, alteraram-se as relações entre a União Soviética e os países membros do Comecon (Conselho de Ajuda Econômica Mútua), fundado no final da II Guerra para promover a integração de esforços de construção dos diversos países socialistas. Paulatinamente, o antigo bloco socialista foi se transformando em complemento da economia soviética, através de uma chamada "divisão socialista do trabalho" que subordinava o desenvolvimento dos demais países às necessidades soviéticas. Os laços de amizade e cooperação que marcaram o Comecon em seu início passaram a ser uma relação de completa dependência, que hoje inclui dívida externa, balanças comerciais desequilibradas e recessão econômica.

Também entre os partidos comunistas ergueu-se desde o primeiro momento a voz dos autênticos revolucionários contra a degeneração krushevista. Em nosso país, os revolucionários reorganizaram em 1962 o PC do B, que se alinhou firmemente às posições de princípios do marxismo-leninismo.

A partir das resoluções do XX Congresso, portanto, a União Soviética iniciou a restauração do capitalismo e entrou na arena da luta pela hegemonia mundial com os Estados Unidos. Além do imenso potencial econômico representado pelo território do país, os homens de Krushev procuraram mobilizar a seu serviço também o campo socialista e o movimento comunista internacional. Passados 30 anos, já é possível analisar os frutos colhidos pelos revisionistas soviéticos.

A ação desimpedida dos oportunistas deu como fruto a total desagregação

A "abertura das comportas" estimulada de Moscou repercutiu intensamente nos países outrora socialistas. A reabilitação de toda sorte de partidários da restauração capitalista, o combate ao "centralismo exagerado" da época de Stálin e os acenos à "cooperação" com o imperialismo tiveram o seu troco. As mais diversas tendências anticomunistas, chauvinistas, sentiram-se livres para agir, e observou-se desde então uma dificuldade cada vez maior para conter em qualquer limite as "mudanças" anunciadas no XX Congresso.

Logo em 1956 estalou na Hungria um movimento contra-revolucionário, liderado por Imre Nagy. Conhecido por sua hostilidade para com o socialismo, Nagy passou a atuar com a maior desenvoltura a partir do sinal verde dado desde Moscou. A direção húngara, no espírito dos "novos tempos", fechou os olhos à sua atividade até que se viu frente ao levante, escandalosamente anunciado pela rádio Europa Livre - criada pelos países socialistas. Desesperados, os dirigentes húngaros recorreram à URSS, para garantirem a sua permanência no poder.

Na Polônia, Gomulka foi tirado do cárcere para ocupar o lugar do velho comunista Bierut, morto misteriosamente em Moscou. Além de Gomulka, porém, foi solto o cardeal Vishinski, famoso por sua virulência anticomunista. Com Gomulka no POUP e Vishinski no púlpito, não tardou que se produzissem ainda em 1956 na Polónia acontecimentos semelhantes aos da Hungria. A ação dos grupos anticomunistas e nacionalistas burgueses chegaria a um pico em 1980, com a eclosão de uma onda grevista e a organização do movimento Solidariedade, ligado diretamente ao Vaticano e aos Estados Unidos. Os tanques soviéticos entraram em ação, fazendo sucessivas manobras no interior do país, até que o general Jaruzelski resolveu dar um golpe ao estilo latino-americano, no final de 1981.

A crescente desagregação do antigo campo socialista se processou também no nível econômico. Hoje,

os países do Comecon, inclusive a URSS, estão endividados com o ocidente e, como é o caso da Hungria e da Polónia, recorrem até mesmo ao FMI. A mais "ousada" investida neste sentido foi dada na Tchecoslováquia, onde se desenvolveu, na segunda metade da década de 60 a chamada "primavera de Praga", liderada por Alexander Dubcek, a

direção do partido revisionista local resolveu promover uma política econômica "mais liberal", independente da URSS, que incluía a privatização de meios de produção e a concorrência entre empresas. Em 1968, tropas da URSS e do Pacto de Varsóvia - também transformado num instrumento militar soviético - ocuparam o país e destituíram seus dirigentes, esclarecendo que da tal "liberalização" promovida por Krushev não fazia parte a saída da órbita de influência de Moscou.

Os acontecimentos de Praga trouxeram à tona outra vertente da desagregação do revisionismo. Os partidos pró-soviéticos da Itália, Espanha e França passaram à crítica aberta da intervenção social-imperialista e proclamaram sua autonomia frente ao PCUS. Nasceu o que iria se chamar "eurocomunismo", cuja linha destaca a busca por cada partido de uma "via original" para o socialismo.

A verdade é que desde o XX Congresso estas idéias começaram a se manifestar com intensidade sempre maior. Estimulado com as teses de Krushev, o principal dirigente do PC italiano, Palmiro Togliatti, vangloriou-se de ser antigo defensor daquelas idéias e proclamou: "não há partido-pai, não há partido-guia". A tendência expressa por Togliatti, abraçada de vez pelos revisionistas europeus depois da "Primavera de Praga", é o chamado policentrismo, que nada mais é que a consequência da transformação daqueles partidos em partidos burgueses. Se é assim, que cada qual encontre o melhor caminho para servir à burguesia de seu país...

Hoje, apesar de um vago alinhamento em torno da União Soviética, não se pode falar que os partidos revisionistas guardem entre si um projeto comum de sociedade e mesmo uma linha de ação única. Basta lembrar que, se os europeus falam no "aperfeiçoamento da democracia parlamentar" e pregam a permanência na Otan, os soviéticos e os membros do Comecon centram seu ataque na aliança atlântica, rival do Pacto de Varsóvia.

Passados 30 anos do XX Congresso do PCUS, viu-se que muito do que unia os dirigentes e os partidos que se acobertaram sob os ataques a Stálin era o projeto de restauração capitalista, de "domesticação" do comunismo e de revisão das idéias de Marx e Lênin. A própria base de sustentação da União Soviética mudou muito em relação aos tempos em que era um país socialista. Se antes sua força estava nos partidos comunistas e numa forte corrente de opinião pública progressista, hoje os dirigentes revisionistas se apóiam em qualquer camarilha dominante local que tenha contradições com os EUA, ou com outro país imperialista. Na década de 70, cultivaram estreitas relações com os generais golpistas argentinos; na Etiópia, promoveram agora a formação de um "partido comunista" a partir dos militares que tomaram o poder em 1974.

Marcado por estas transformações, que têm no XX Congresso uma espécie de "pontapé inicial" oficial, o PCUS chega hoje ao XXVII Congresso. A nova redação de seu programa e as linhas para o desenvolvimento econômico da URSS, tema central do encontro, serão objeto de próximas análises em *Temas em Debate* (via Queiroz)

DE OLHO NO LANCE

Novas desculpas

De volta de sua viagem a Cuba, Lula afirmou que com a escolha do ministério do governo Sarney, "a luta pelas diretas está mais motivada". E que o PT vai retomar os contatos políticos para analisar a possibilidade de repetir a campanha de 1984.

Quando o PT desmarcou o comício previsto para o dia 25 de janeiro na praça da Sé, em São Paulo, o pretexto usado por José Dirceu foi a viagem de Lula ao exterior. Agora ficamos informados que faltava é motivação. Afinal, será quando o tal comício, "tão esperado pelas grandes massas"?

É certo que a indicação do ministério causou justa insatisfação popular. Mas a falta de unidade das forças progressistas é um dos fatores que permite maior mobilidade aos conservadores. E o PT com sua política divisionista é um dos responsáveis por esta situação - sendo a eleição de Jânio em São Paulo o exemplo mais dramático desta atividade equivocada. Mas longe de perceber o engano, o PT continua tratando de desviar a atenção dos trabalhadores com uma proposta à margem do curso político - como esta ilusória repetição das diretas já, cada dia mais esvaziada, que já perdeu o apoio inclusive de Leonel Brizola.

O que os sindicalistas esperam da CGT

RUMO À
CGT

O Congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores, nos dias 21, 22 e 23 de março, está gerando uma efervescente movimentação no sindicalismo. As várias direções sindicais que apostam na construção da nova central se agitam para fazer valer seus pontos de vista político-sindicais. Nesta disputa democrática de concepções, vale a pena saber o que os sindicalistas mais progressistas esperam da futura CGT.

Há consenso entre os dirigentes sindicais comprometidos com o avanço das lutas dos trabalhadores de que a CGT deve nascer e ser construída com uma forte marca de combatividade. No entender deste setor esta é a condição primeira para que ela se firme como alternativa para o grosso dos sindicatos do país. Caso contrário, se trilhar o caminho do imobilismo e dos conchavos de cúpula, a CGT se inviabilizará - vaticinam os mesmos.

Se a CGT não se impor imediatamente como um organismo de luta, frustrará as expectativas dos operários e sucumbirá", raciocina Edmundo Costa Vieira, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG). Jocely de Oliveira, presidente da Associação dos Metalúrgicos de Cachoeiro do Itapemirim (ES), tem a mesma opinião: "Os trabalhadores estão impacientes com as tímidas mudanças econômicas no país. Há um nítido processo de radicalização da luta e a CGT só se firmará se estiver sintonizada com esse justo sentimento. Ela ganhará respaldo se estiver no comando de todas as greves, de todas as batalhas de classe".

Uma outra condição apontada por estas lideranças para que a CGT seja forte é o dela ser ampla, representativa do sindicalismo real existente no país hoje. Nesse sentido, o que deve prevalecer no seu interior é unicamente o critério sindical. A ela deve aderir qualquer sindicato, federação ou confederação, independente da concepção político-partidária de suas direções. Não poderá haver espaço para exclusivismos ou partidarismos, o que apenas enfraqueceria sua atuação. Os fóruns soberanos da central, como os Congressos, devem ser respeitados pelo conjunto das entidades filiadas, possibilitando à CGT uma ação centralizada e dinâmica à nível nacional.

Como explica Wellington Teixeira Gomes, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, "no quadro da divisão existente, a CGT deverá ser a continuidade da articulação do movimento sindical real e não do partidário, como é a CUT. Nesse sentido, acredito que ela representará um avanço. Só com a unidade do sindicalismo real, com seus defeitos e qualidades, é que os trabalhadores avançam nas suas conquistas. Ser ampla e democrática - esses são os trunfos da nova central de trabalhadores".

"CGT é capaz de empolgar o sindicalismo"

Além disso, os sindicalistas do bloco progressista avaliam que a CGT deve encampar as lutas políticas do povo brasileiro. Ela não pode cair na falsa tese da neutralidade, sob o risco de não aparecer como alternativa para os assalariados e atolar-se no infrutífero economicismo. Ela deve somar forças com as correntes democráticas e populares na luta por transformações profundas na vida econômica e política do país, pela democratização efetiva da sociedade, pela suspensão do pagamento da dívida externa, pelo fim do latifúndio etc.

Na opinião destes prestigiados líderes sindicais, se a CGT cumprir esse projeto logo se consolidará como uma autêntica representação dos assalariados urbanos e rurais. "Com esta orientação, a CGT será capaz de polarizar o conjunto do sindicalismo nacional", garante Roberto Assis Pereira, presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte. Para ele, o movimento sindical está acéfalo,

POR UMA CGT FORTE



Edmundo, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (ao lado) e Amorim, presidente dos bancários capixabas querem uma CGT ampla

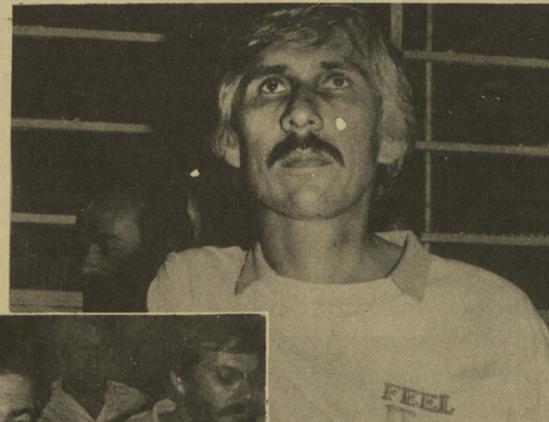
não tem ainda nenhuma articulação que consiga aglutinar os sindicatos do país. "A CUT não tem condições de ser esse polo aglutinador, devido a sua própria postura divisionista e exclusivista. Já a CGT apresenta os pré-requisitos essenciais para se tornar uma referência".

A mesma visão é compartilhada por Maurício Mendonça, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (RJ). "Das três intersindicais existentes - CGT, CUT e USI -, a única que tem condições de se tornar uma verdadeira central, representativa e combativa, é a CGT. A CUT não é sindical, não representa o sindicalismo existente. Por ser partidária, servir ao PT, e ter uma visão inconsequente da situação política atual, ela não forja a unidade. Pelo contrário, só divide. E a USI é apenas a representação do peleguismo com medo da renovação".

Intensa luta de idéias na nova central

Os progressistas apostam, inclusive, na possibilidade da CGT se tornar no futuro o polo da reunificação do sindicalismo brasileiro. Luís Carlos Andrade, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Santos (SP), é quem explica: "A experiência demonstra que não adianta um sindicato isolado, lutar pelo trimestral, pelas 40 horas semanais e por outras reivindicações de vulto. O corporativismo e a divisão não resolvem os nossos grandes problemas. A unidade sindical é indispensável. E a CGT é a única que pode cumprir o papel unificador. Com sua atuação ampla e combativa, acredito que ainda reunificaremos o sindicalismo num futuro próximo".

Mas se as condições são favoráveis para construção



Edmundo, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (ao lado) e Amorim, presidente dos bancários capixabas querem uma CGT ampla

guismo - adiantam algumas de suas lideranças. Todas as correntes deverão conviver de forma democrática no interior da CGT, mas os dirigentes mais avançados não arriarão a bandeira de luta contra o peleguismo e o imobilismo.

Conforme explica Elizabeth Tortolano, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços de Água e Esgoto de São Paulo, "nós atuaremos com vigilância crítica. Não permitiremos qualquer manobra que sirva aos interesses mesquinhos dos setores apelegados". E ela bota fé no êxito desta conduta, citando como exemplo o vitorioso Congresso das Trabalhadoras.

"Haverá espaço para um bloco progressista"

Para vencer esta batalha de concepções sindicais, esses sindicalistas inclusive já trabalham por forjar um amplo e coeso bloco progressista da CGT, que reúna todos os que jogam no crescimento das lutas operárias e camponesas no país. Este deverá atuar de forma independente, mas pautará sua atuação pela permanente defesa da unidade interna - como única forma de viabilizar e deslançar a CGT.

"O fato desta nova articulação ser ampla, apartidária, permitirá que esse bloco tenha espaço para expor suas idéias livremente. Não haverá traumas com sua atuação", adianta Wellington Teixeira. Ele ainda lembra que na CUT essa corrente seria esmagada pelo rolo compressor petista.

O primeiro grande embate destas correntes deverá ocorrer no próprio Congresso da Conclat, em março. Por isso, o bloco progressista julga fundamental que o congresso seja o mais massivo possível, com um expressivo número de sindicatos e delegados eleitos. "Um Conclat representativo dos anseios das bases possibilitará que a CGT surja com resoluções avançadas e eleja uma diretoria mais comprometida com o crescimento da organização e conscientização dos assalariados", afirma Wellington Augusto, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Vespasiano (MG).

Por último, as lideranças progressistas trabalharão com afinco para que o Conclat seja unitário. Eles se baterão para que a primeira direção da CGT seja avançada, apta a encaminhar os grandes combates dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, insistirão para que seja lançada no Congresso uma chapa única, que reflita a correlação de forças no momento. Eles acham que seria nefasto uma disputa eleitoral na fundação da CGT, que pudesse levar a uma divisão das forças que estão construindo (Albino Borges)

Conclat propõe um dia de greve geral

O Conselho Nacional da Conclat, reunido no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, decidiu indicar ao plenário soberano do II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que fundará a Central Geral dos Trabalhadores, CGT, a decretação de um dia nacional de greve pela moratória unilateral e soberana da dívida externa, pela conquista do trimestral, pelas 40 horas semanais sem redução salarial, pela reposição salarial, pela modificação do Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, estabilidade no emprego e pela mudança da política econômica do governo.

A decisão foi fruto de uma avaliação da situação nacional, principalmente após a recomposição do ministério do governo Sarney em direção ao conservadorismo, contrariando os interesses nacionais e distanciando-se das aspirações de mudança e das reivindicações dos trabalhadores.

O Conselho considera que o governo está resistindo a colocar em prática as medidas com as quais se comprometeu, no sentido de enfrentar a questão central da economia brasileira, que é o problema da dívida externa, vacilando diante dos banqueiros internacionais e do grande capital.

Diante disso, o Conselho Nacional da Conclat decidiu solicitar audiência ao presidente para cobrar dele a resposta às reivindicações da Conclat em outubro e indicar um dia de greve geral.



PC do B defende a fundação da CGT

Os comunistas estão unificados na defesa da CGT e se empenharão para construí-la forte e combativa. Isto ficou patente no Seminário sobre Ação Sindical promovido pelo PC do Brasil, nos dias 15 e 16 de fevereiro, em São Paulo. O encontro reuniu mais de 100 sindicalistas filiados e amigos do partido de sete Estados das regiões Sul e Sudeste do país. Estiveram presentes dirigentes de 37 entidades sindicais.

O seminário teve como objetivo aprofundar o debate sobre o atual quadro sindical e municiar seus participantes na preparação do Congresso da Conclat, em março próximo. Nele os comunistas reafirmaram sua posição intransigente em defesa da unidade sindical. Constataram que no atual estágio de divisão, cuja responsabilidade cabe principalmente ao PT, a luta pela reunificação alcança um novo patamar. Ela passa pela construção de uma central unitária, ampla, democrática e de luta, onde os setores sindicais progressistas desempenharão um papel decisivo.

Conforme destacou Ronald Freitas, da direção nacional do PC do B, "o processo de libertação do povo brasileiro passa pela construção de uma central sindical forte e a CGT tem condições de cumprir esse papel". No final foi prestada uma homenagem aos dois dirigentes comunistas mortos recentemente: João Canuto e Cícero Mavia.

Duas semanas antes já havia sido realizado o seminário das regiões Norte e Nordeste, em Maceió, que contou com a participação de mais de 80 dirigentes e ativistas sindicais filiados e amigos do PC do B.

CUT ganha aliado pela Convenção 87

A central petista acaba de ganhar um "importante" aliado na sua campanha nacional pela ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho. Depois dos apoios do general-ministro do SNI e de inúmeros burgueses, o Jornal da Tarde faz coro com a CUT na defesa da divisão e fragmentação do sindicalismo brasileiro.

Em editorial de sua edição de 23 de janeiro, o jornal - que faz parte da arqui-reacionária e entreguista empresa "O Estado de São Paulo" - afirma: "Entre os benefícios que a aplicação desta resolução trará para o sindicalismo e a vida trabalhista no Brasil estará o fim do sindicato único por categoria em cada base territorial. Cada grupo, desde que preencha certas condições, poderá criar a sua entidade, mesmo que em sua cidade ou sua área já exista um outro sindicato da mesma categoria. Será o fim do monopólio da representação sindical que tanto serve aos propósitos dos grupos radicais que não têm representatividade político-eleitoral e querem valer-se dos movimentos trabalhistas para atingir os seus objetivos. Não precisa nem de comentários!"



Wellington, presidente da FITEE: "Só com unidade se avança"



Jocely, presidente da Associação dos Metalúrgicos de Cachoeiro do Itapemirim (acima) e Luís Carlos, da Construção Civil de Santos



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Pelegos e PT derrotados no Amazonas

O movimento sindical amazonense começou o ano com expressivas vitórias no sentido da unidade e da luta, derrotando pelegos e petistas.

No Sindicato dos Bancários foi desbancado o pelego que estava na diretoria há 14 anos. É uma das entidades mais importantes do Estado. Venceu uma chapa unitária, formada como resultado da greve nacional dos bancários, encabeçada pela companheira Celani, eleita em primeiro escrutínio, com mais do dobro dos votos da chapa petista, liderada por Wilson e com hegemonia da Convergência Socialista.

Na Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetaeg), foi eleito Wilson Paixão, da chapa Unidade Sindical, depois de um processo difícil, inclusive com fraudes vergonhosas dos petistas. No primeiro escrutínio houve um empate de sete a sete. No segundo, com nove delegados favoráveis à Unidade Sindical e sete ligados à CUT, houve fraude, dando nove a sete a favor do PT - o inverso da votação real. Os nove fizeram declaração de voto na justiça e conseguiram que fosse convocada nova votação. Mesmo assim os petistas tentaram um recurso jurídico para assumir, apesar do roubo evidente. Na terceira votação, vendo-se derrotados, os partidários do PT tentaram não dar quórum para a eleição. Os delegados petistas viajaram para Manaus mas ficaram trancados na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, pressionados pela direção da CUT. Mas um delegado do interior não aceitou esta trapaça e outro foi obrigado a votar pois era mesário. Por nove votos a dois foi eleita a chapa de Wilson Paixão, que tem uma composição ampla e combativa com muitos companheiros independentes e mesmo um ex-petista.

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manaus-Careiro foi reeleita a chapa da atual diretoria, com uma composição ampla e democrática. No primeiro escrutínio não deu quórum mas os votos foram contados: 350 para a chapa da situação e 129 para a dos petistas. A partir daí houve uma sequência de golpes do PT para impedir a eleição. No final, no terceiro escrutínio, venceu a situação por 400 votos contra 42.

Greve na Santa Casa de Marília

Os 600 funcionários da Santa Casa de Marília realizaram a primeira greve da história deste hospital. A paralisação, ocorrida no último dia 14, com o apoio do Sindicato da categoria, foi pelo estabelecimento do piso salarial de Cr\$ 1.373.320, além de um reajuste de 108%. A diretoria tinha a proposta de um piso de apenas Cr\$ 934.436.

Apesar de não alcançarem o resultado almejado, os grevistas conseguiram elevar o piso para Cr\$ 1 milhão, mais de 10% em abril e um reajuste de Cr\$ 89,35% a partir de janeiro, além de estabilidade de quatro meses. É uma importante vitória - embora os salários continuem baixos - pois pela primeira vez os funcionários fizeram ouvir sua voz.

Durante o movimento vieram à tona denúncias contra um responsável do departamento de pessoal, José Roberto, conhecido como *Porcão*, que vive agindo com prepotência, um verdadeiro nazista com os trabalhadores além de dirigir gracejos indecorosos às funcionárias.

Os grevistas receberam com grande simpatia uma nota de solidariedade à luta, distribuída pelo diretório local do PC do B, o único partido que esteve presente apoiando a greve.



A nova diretoria eleita pela primeira vez em congresso

2 mil goianos na posse da nova diretoria da Fetaeg

Mais de 2 mil pessoas prestigiaram, dia 14, no Club da Celg, em Goiânia, a posse da primeira diretoria eleita em congresso para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás - Fetaeg. O novo presidente da entidade é o jovem trabalhador rural Divino Goulart, também eleito, há dois meses; para a diretoria da Confederação Nacional - Contag.

Dezenas de entidades populares e democráticas, parlamentares e diversas caravanas do interior compareceram à solenidade, que só se encerrou de madrugada. À tarde houve atividades esportivas e à noite, depois da transmissão dos cargos, diversos oradores destacaram o papel da Fetaeg nas lutas populares de Goiás, a importância da luta em defesa da reforma agrária e a necessidade de se eleger para a Constituinte os candidatos comprometidos com esta bandeira.

O presidente Amparo Sesil do Carmo, ao transmitir seu cargo para Divino, fez um balanço da sua gestão destacando o papel das greves, passeatas e concentrações para fazer avançar a consciência dos trabalhadores

do campo. Divino Goulart referiu-se à situação do trabalhador rural, extremamente precária, seja ele pequeno produtor, bóia-fria ou posseiro. "Como alternativa para esta situação - afirmou - só nos resta lutar para que os pequenos produtores consigam incentivos para a sua produção, lutar contra a exploração dos patrões sobre os bóias-frias, lutar contra a violência dos latifundiários, dos grileiros e dos jagunços". E complementou: "Todas estas lutas podem ser resumidas numa só, que é a luta pela reforma agrária".

Falando na qualidade de parlamentar profundamente ligado ao movimento dos trabalhadores rurais, o deputado federal Aldo Arantes fez um discurso contundente. Denunciou os latifundiários que estão tentando eleger seus candidatos a Constituinte para impedir a implantação da reforma agrária e alertou para a necessidade de "politizar a luta pela reforma agrária, obrigar os candidatos a dizerem se são a favor ou contra a reforma agrária, se são a favor ou contra a suspensão do pagamento da dívida externa, a escola pública e gratuita".

(da sucursal)

Paralisação total na Massey de Canoas

Os metalúrgicos da Massey Fergusson de Canoas, no Rio Grande do Sul, entraram em greve no último dia 17, por tempo indeterminado.

Segundo José Mendes, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e operário da empresa: "Nossa luta é pela conquista do adicional de periculosidade (30% sobre o salário real) retroativo a dois anos, garantia de estabilidade do emprego por um ano, formação de uma comissão de fábrica e readmissão dos 14 companheiros demitidos na semana passada".

A Massey é a maior fábrica de tratores da América Latina, com quase 3.800 empregados, e há 20 anos não reconhece a falta de segurança no setor de produção. Surpreendidos com o grau de

unidade dos trabalhadores, os patrões resolveram conversar. "Porém, chamaram meus cães de guarda, a Brigada Militar, para tentar enfraquecer o movimento, e ingressaram com uma ação junto ao TRT, pedindo a ilegalidade da greve" - diz revoltado José Mendes.

Os operários participaram ativamente da greve. Além de concorrentes assembléias, eles saíram às ruas, como na última terça-feira, onde, mais de dois mil metalúrgicos tomaram o centro da cidade, concentrando-se na frente da prefeitura, exigindo que o prefeito, do PMDB, pressionasse os patrões. O movimento mobilizou a totalidade dos trabalhadores, certos de que só a sua luta pode dobrar a arrogância burguesa. (da sucursal)

Movimento vitorioso nos transportes de Goiânia

Uma combativa e vitoriosa greve paralisou por dois dias, 16 e 17, todos os ônibus urbanos de Goiânia. Com ela os motoristas e cobradores conquistaram 10% de antecipação salarial em março e equiparação com os motoristas do transporte rodoviário em junho. Os empresários se comprometeram a cumprir a convenção coletiva de agosto e não demitir nenhum grevista.

Para obter a vitória foi preciso muita luta e união. Pelo menos 27 trabalhadores foram presos e muitos outros brutalmente espancados por policiais militares. Os grevistas também recolheram mais de dez ônibus à sede do Sindicato, furando os pneus de alguns.

A direção do Sindicato não teve a mesma combatividade da categoria. Os diretores, já na primeira assembléia, que deflagrou o movimento, dia 16, foram contra a greve. Posteriormente, com a luta em andamento, negociaram com o governador uma antecipação de 10% a partir de abril, mas a categoria, em assembléia, repudiou este acordo com vaia e gritos. Os diretores sindicais também assumiram posições estranhas e

antidemocráticas quando recusaram o apoio da Conclat e CUT, de qualquer outra entidade ou de parlamentares. Em certos momentos as decisões era tomadas em gabinetes fechados e nem iam para discussão. Assim, os diretores jogaram na desmobilização e no isolamento dos trabalhadores dos transportes.

PATRÕES DOBRARAM

Em face da combatividade do movimento, os empresários e o governo não puderam persistir na arrogância que adotaram no primeiro momento. Foram obrigados a negociar e ceder em diversos pontos. Há cerca de dois meses os trabalhadores tentavam realizar negociações.

Sebastião da Paz, uma das lideranças da categoria, explica que a greve foi vitoriosa porque os trabalhadores permaneceram unidos e não se deixaram intimidar pelas pressões, fossem dos patrões ou do governo. "Não podíamos aceitar calados que os empresários comessem do bolo sozinhos, oferecendo apenas migalhas", comenta Sebastião. (da sucursal)

Fábricas de Fortaleza mutilam metalúrgicos

O fantasma do desemprego ronda as indústrias metalúrgicas de Fortaleza. No interior das fábricas - convertidas em verdadeiros campos de concentração - os operários são submetidos a jornadas de trabalho de até 14 horas. E nas últimas semanas cinco operários da Esmaltec-Tecnorte e do grupo Edson Queiróz tiveram seus dedos mutilados em acidentes.

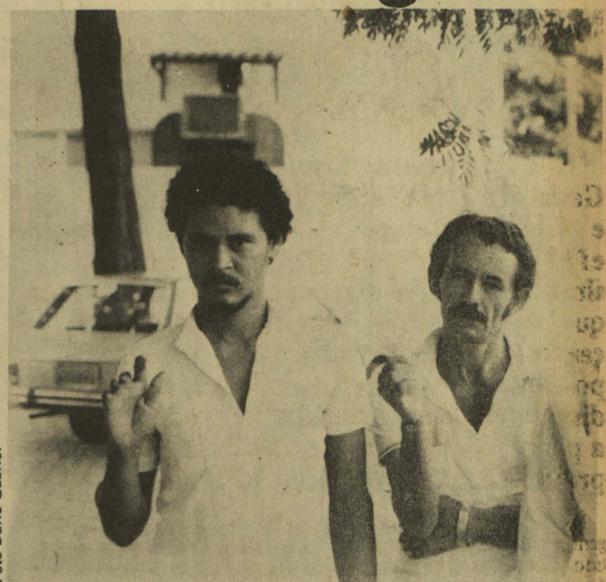
As máquinas mutiladoras costumam "repetir" - um efeito que provoca os acidentes - sem que os patrões tomem nenhuma providência. Centenas deles já foram mutilados. Os dedos são atirados no lixo.

Neste clima, haverá no dia 26 eleição para o Sindicato da categoria, sob intervenção desde 1984. A diretoria eleita na época, apoiada pelo PT e um setor da Igreja, exerceu apenas três meses de mandato e não conseguiu defender-se de acusações de fraude. Agora, a mesma corrente volta à carga, mas com dificuldades, pois mesmo operários que votaram nela estão insatisfeitos com os seguidores de Eudásio - o cabeça da Chapa 1. Em vez de combater a intervenção, essa diretoria abandonou o Sindicato. Além disso, a diretoria de Eudásio subscreveu o pior acordo salarial dos últimos anos. Deixou os metalúrgicos com um piso insignificante, de Cr\$ 720 mil - inferior ao dos faxineiros de hospitais (Cr\$ 1,2 milhão) ou dos cobradores de ônibus (Cr\$ 900 mil).

Em oposição a esta linha, a Chapa 2, encabeçada por Arimatéia (da Cemec), vem crescendo por dar atenção às angústias vividas pelos metalúrgicos. Para os membros da Chapa 2, a desunião promovida pelo PT tem responsabilidade pelo descumprimento dos direitos operários e até do acordo salarial lesivo, praticado na maioria das empresas.

JORNADA DE ESCRAVO

A revolta contra a opressão é evidente na categoria. Um operador de máquina da Esmaltec-Tecnorte (2.600 operários) revela que precisa trabalhar "das seis ou sete da manhã às nove da noite", para ganhar um salário de Cr\$ 1,1 milhão, sem os descontos. É comum o trabalho aos domingos, como agora em fevereiro, para compensar as folgas do Carnaval.



Operários mutilados pela sede de lucros do patronato

As horas-extras são obrigatórias. "Não perguntam se dá. Colocam a escala no mural, sem consulta. É como se fosse um rebanho de animais. Se o metalúrgico disser que não pode, tem que dar entrevista ao supervisor, que manda para casa assim que toma conhecimento, fazendo descontar todo o dia de serviço". Também há queixas da alimentação: "A gente come porque é o jeito, mas encontra pedra, pedaço de arame, carrapicho... Outro dia um companheiro passou mal depois que chegou do jantar, foi para a assistência municipal, em uma situação de emergência. Na janta a comida é quase gelada. O bucho de boi, eles jogam na panela sem limpar. E a gente ainda paga. Não teve ainda uma fiscalização naquele restaurante".

O regime de trabalho beira a escravidão. "Se parar a máquina para lavar os braços e o rosto, faltando cinco minutos para terminar a jornada, a gente é chamado atenção". No todo-poderoso grupo Edson Queiróz, "ninguém ganha por produção, mas eles querem uma cota fixa de resultados da primeira à última hora: querem a solda de 28,3 botijões por hora".

Essas indústrias produzem também fogões, caçambas, etc, num ritmo alucinante. Os poucos operários novatos que são admitidos, sem nenhuma experiência, "trabalham com as máquinas perigosas da Esmaltec, que produzem peças

de fogão, colocando e tirando a mão. Quando pisam no pedal não tiram a mão a tempo, perdem os dedos. A maior parte fica só com o polegar, ou perde o polegar e fica com os outros".

Segundo os metalúrgicos, os mutilados na Esmaltec já passam de cem, sem direito à aposentadoria. As Cipas são pura ficção, como denuncia Armando, membro da chapa 2: "O comum é o pessoal da Cipas ser indicado pelos patrões, mesmo quando há eleição". Armando, perguntado, indignado: "Não pode ser processado, para começar, quem jogou no lixo os dedos de um trabalhador acidentado, sem tentar nada?".

Na metalúrgica FAG, em franca expansão (700 operários), a direção vai adiando o aumento salarial e a alimentação tem três padrões: a dos executivos, grátis, a do pessoal da chefia... e a dos operários, paga religiosamente. Na Ironte, 250 operários, a comida além de ruim é pouca. No entanto, estranhamente, calendários do PT com o retrato da prefeita da cidade, Maria Luiza, são vendidos livremente dentro das fábricas, "para ajudar a Chapa 1". Na Esmaltec-Tecnorte, onde a repressão é ostensiva, foi um chefe de seção que quis vender o calendário a um metalúrgico. "Não pode - foi a resposta - porque ela não é operária metalúrgica e não é do Sindicato. Não dá para entender o interesse de vocês". (da sucursal)

Vigilantes paulistas param por melhores salários

Na assembléia de quarta-feira, 19, os vigilantes do Estado de São Paulo decidiram continuar a greve, iniciada no dia 13. O movimento começou quando a Federação dos Empregados representou a categoria para homologar um acordo com a Federação do Comércio, sem consultar a classe e passando por cima das suas entidades representativas.

O movimento foi bombardeado desde seu início. Além da Federação e do Sindicato dos Etc (que engloba 23 categorias) que pretendem representar os vigilantes, outra entidade jogou pesado para desmobilizar a greve: a Associação Profissional dos Vigilantes dirigida por Erivan Guarita, fundada em dezembro de 1984. De orientação imobilista, esta entidade fantasma foi criada para minar a liderança da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do ESP, dirigida por Josilmar França, fundada

em outubro de 1979 e que tem mais de 11 mil filiados.

A entidade pelega distribuiu milhares de panfletos apoiando o acordo que lesa a categoria e chamando os grevistas de "baderneiros". Apesar disso, cerca de 60% dos 70 mil vigilantes do Estado pararam, exigindo a reabertura das negociações e mantendo sua reivindicação de piso de Cr\$ 2,3 milhões e adicional de 100% para as horas extras. Atualmente o piso da categoria é de Cr\$ 758 mil. Com descontos de fardamento (ilegal mas existente), INPS, etc, eles rece-

bem um líquido de Cr\$ 350 mil a Cr\$ 500 mil por mês.

Os vigilantes também se queixam da repressão de que são vítimas nas empresas. Um trabalhador da Vanguarda afirmou: "Quando alguém reclama é levado para uma salinha e leva umas pancadas; depois, é demitido". Na empresa Seg, ainda segundo os vigilantes, o corretivo é dado por um tenente da cavalaria da PM, chamado Rigonatti.

O ativista sindical Batista chegou a ser espancado por Orlando Pereira de Souza, quando jantava num restaurante. Por recusar o dinheiro que lhe foi oferecido ostensivamente a mando do "Sindicato", para abandonar a greve, acabou levando uma surra.

As dificuldades dos vigilantes não param aí. Horas-extras não pagas, plantão obrigatório domingos e feriados, o risco constante de vida ou mutilação por assalto são constantes. Além disso, como declarou um empregado da Emtesse, "os bancos pagam Cr\$ 7 milhões para a empresa por nosso trabalho. Nós só recebemos Cr\$ 700 mil..."

Segundo Aírton Donato Botelho, vice-presidente da Associação criada em 1979, "é difícil mobilizar a categoria, dividida em muitas empresas e locais de trabalho. Mas a greve valeu, ajuda a conscientização". Além disso, a Associação deve receber a Carta Sindical por esses dias: "Vamos lutar para que a Carta seja dada a esta Associação, que tem mais tradição de luta" - afirmou ele.



Foto: César Dimiz

Em assembléia os vigilantes discutem continuidade do movimento

CDM

Centro de Documentação e Biblioteca
Fundação Maurício Grabois



Ishikawajima procura desmoralizar entidade dos metalúrgicos

Foi julgada no dia 30 de janeiro a legalidade da greve dos operários da Itaipuam, subsidiária da Ishibrás, empreiteira com registro na construção civil mas que só atua em empresas metalúrgicas e no estaleiro.

No julgamento foi responsabilizado o Sindicato dos Metalúrgicos, acusado de ter decretado greve de solidariedade aos trabalhadores da Itaipuam, sem representar a categoria. O que ocorreu na verdade foi que os operários da Ishibrás aderiram a nossa greve, porque na prática pertencemos à mesma categoria.

O Sindicato da Construção Civil mandou uma carta declarando a legitimidade da luta operária, pois a Itaipuam não atua na construção civil. No julgamento o Sindicato perdeu por 4 a 3. Logo após o encerra-

mento aconteceu um fato inédito na justiça, abraços entre patrões e juizes, numa articulação nojenta!

Agora a Ishikawajima entrou com uma ação judicial na 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro acusando caluniosamente o Sindicato de haver decretado greve de solidariedade. Mas o que o Sindicato fez, a nosso pedido, foi ceder suas dependências para as assembleias. Ao ver que a greve seria inevitável, o presidente do sindicato propôs a negociar com o ministro. Tanto o presidente quanto os operários foram enganados com a promessa de que dentro de 8 dias a Itaipuam passaria a ser classificada como metalúrgica. É lamentável que um ministro faça tal promessa sem conhecer a realidade do operariado carioca, abusando da boa fé do operário na Nova República e

em seus ministros.

Agora, companheiros, a diretoria da Itaipuam abriu outra firma, a Sermetal Rio Metalúrgica e transferiu os funcionários para a nova firma sem pagar qualquer acerto! Nove funcionários receberam "justa causa" e 800 foram demitidos.

Não satisfeitos, os japoneses entraram com um processo na 1ª Vara Cível cobrando indenização no valor de Cr\$ 2,7 bilhões. Desta forma foi levada para a área cível uma questão trabalhista, um caso sem precedentes.

Ao que tudo indica dentro de algum tempo para falar com alguém do sindicato o operário vai ter que aprender japonês e pagar as mensalidades em dólares ou yens. (Comissão do Movimento da Itaipuam - Rio de Janeiro)

Lavradores fazem passeata contra latifundiários

Os trabalhadores rurais das comunidades de Saco da Roça, Cacimbina, Conceição, Catolé, Macambira, Gama, Barreira, Santana e Fuxica nos distritos de Cacimbina da Penha e Tanapiranga, no município de Serra Talhada, em Pernambuco, através dos sindicatos dos trabalhadores rurais, Fetape, Contag, partidos políticos e vários sindicatos urbanos de Recife realizaram uma passeata com aproximadamente 2 mil trabalhadores.

A passeata saiu do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada terminando na Câmara Municipal dessa cidade, onde se realizou uma sessão especial cuja pauta tratava de uma justa reivindicação dos pequenos proprietários: a construção de um travessão.

Há dezenas de anos os animais são criados soltos nessa área e os trabalhadores, para plantar, têm que cercar sua roça para defender-se dos animais dos criadores. Nessa área não existe madeira, os agricultores são pobres e não dispõem de recursos para comprar arame. Assim tem havido muitas destruições nas lavouras pelos animais.

Diante desse quadro, os trabalhadores vêm se mobilizando para que seja feito um travessão que seria uma cerca de aproximadamente 30 quilômetros, beneficiando uma área agrícola de 5 mil hectares, onde se localizam cerca de mil famílias, num total de 5 mil pessoas. Além da construção da cerca, os trabalhadores estão lutando pela aprovação de uma lei que proíba a criação de animais soltos dentro dessa área cercada. Frente a essa população de 5



mil pessoas existem 20 fazendeiros que se sentem prejudicados com a construção do travessão porque não querem perder a "liberdade" de criar seus animais soltos nas propriedades dos pequenos agricultores, destruindo suas lavouras.

Entre 1977 e 1979 a luta pela construção do travessão avançou bastante através do Sindicato. Por conta disso, o companheiro Raimundo Felix presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada tomou em 18 de outubro de 1979. Hoje o atual

presidente corre perigo de vida. A residência de Manoel dos Santos tem sido visitada por pessoas suspeitas em horas inconvenientes, com intenções óbvias.

Graças à irresponsabilidade e à falta de compromisso com os trabalhadores, quatro vereadores malufistas não compareceram à referida sessão para a aprovação do travessão. Tal atitude merece o repúdio de todos aqueles que fizeram uso da palavra. A luta pela construção do travessão foi apenas adiada. (Jurandir Pilar, diretor do Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco)

Emaq não paga funcionários

O estaleiro da Emaq, na ilha do Governador, não paga aos 3 mil funcionários há meses. Até o telefone da empresa foi cortado por falta de pagamento.

Foi formada uma comissão para pedir ajuda à população. Mas eu penso que deveríamos pedir ajuda também a outros

sindicatos e ampliar esta corrente da solidariedade. O estaleiro Caneco mandou 1.300 funcionários embora!

A Ishibrás, não contente com o caso da Itaipuam retira do estaleiro três empreiteiras, que são obrigadas a demitir 630 homens. Como vocês podem

ver, a crise que vem se alastrando na área naval é grande. Quando a imprensa diz que o Brasil cresceu 8% acho que se refere ao desemprego...

Já está na hora de se movimentar esses trabalhadores na área naval. (Operário amigo da TO - Rio de Janeiro)

Queremos mais ônibus, senhor governador!

O desprezo das autoridades e do governo do Estado do Rio de Janeiro para com o povo me moveu a escrever esta carta. Espero que esta denúncia chegue ao conhecimento do governador Brizola e do prefeito Saturnino Braga e que eles tomem uma providência urgente para evitar que continuemos perdendo o emprego por causa da escassez de ônibus pela manhã.

O ônibus nº 751 que faz a linha Cidade de Deus - Barra da Tijuca só passa de meia em meia hora e quando chega vem lotado e passa direto, sem parar. Com isso causa desespero e sofrimento em dezenas de operários que aguardam ansiosos o "bendito" ônibus. Muitos chegam atrasados no emprego e perdem o dia. Os chefes e encarregados não aceitam o argumento de atraso do ônibus. E quem chega atrasado três vezes no serviço é demissão na certa.

Trabalho numa firma atrás do Barra Shopping. Essa empresa tem o nome de Multishop. Em quinze dias de serviço prestado a essa construtora, já assisti com revolta a injustiça que atingiu três companheiros que trabalham na obra: por

causa do ônibus chegaram atrasados duas vezes e foram dispensados do emprego.

Como podemos ser pontuais, chegando antes das 7 h da manhã se os ônibus que nos transportam não são pontuais como nós e o primeiro só passa às 6:30 h da manhã e raramente passa antes sempre lotado, sem parar no ponto? De que adianta o governador Brizola desapropriar as empresas de ônibus se a espera no ponto aumentou em vez de melhorar? Onde ficam esses ônibus que só aparecem nos dias de praia para transportar os banhistas e faltam para os trabalhadores, responsáveis pelas construções de modernas estradas de rodagem e luxuosos condomínios residenciais? Os trabalhadores são desrespeitados miseravelmente nos transportes, nos direitos trabalhistas, nos salários, nas moradias, em tudo. E quando reclamam algum direito são reprimidos e às vezes humilhados com espancamento e prisão e até mesmo mortos. Quem constrói castelos mora nos esgotos das grandes cidades e nas favelas. (Carpinteiro da Multishoping - Rio das Pedras, Rio de Janeiro)



fala o POVO

A amigo leitor: O Fala o Povo é uma seção inteira a seu dispor, uma página onde você fala o que quer, denuncia os patrões, levanta suas exigências, dá sua opinião sobre tudo que acontece em nosso país.

Escreva para o nosso jornal. Se não quiser não precisa assinar. Compreendemos que você corre o risco de perder o emprego ao denunciar o encarregado ou as más condições de trabalho, ou ainda o atraso no pagamento. Ponha um nome qualquer ou então publicamos apenas as iniciais. Desta forma você pode soltar o verbo sem problema. (Olívia Rangel)

CUT defende em Santo André a Convenção 87

Teve início no dia 2 de fevereiro a campanha salarial dos metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A primeira assembleia contou com a participação de 450 companheiros, numa categoria com 40 mil operários na base.

A pauta da discussão girou em torno das 40 horas semanais, estabilidade no emprego, comissão sindical de base, trimestralidade, etc.

Foi discutida também a questão da Convenção 87. Alguns coordenadores argumentaram que a CUT é a única central que defende sua aprovação para que o movimento sindical tenha autonomia e se desvincule da tutela do Estado. Só que os defensores da CUT não tocam no fato de que esta Convenção contribui para a divisão dos sindicatos, pois segundo ela qualquer grupo de trabalhadores descontentes pode fundar um sindicato. Isso naturalmente enfraqueceria grandemente o movimento operário.

Nesse início de campanha ainda não deu para esquentar os motores. Vai haver ocasião para o debate construtivo e para que os metalúrgicos saiam vitoriosos.

Outra questão em debate é a comemoração do 1º de Maio no dia certo. Se o governo não alterar a lei que antecipa a comemoração do 1º de Maio os metalúrgicos do ABC não irão trabalhar, principalmente neste ano do centenário dos acontecimentos que criaram o 1º de Maio. (Núcleo de metalúrgicos do PC do B em Santo André, São Paulo)

Na luta por liberdade "morre o homem mas fica o nome"

Os trabalhadores de Arapoema estão firmes na luta para mudar a estrutura agrária injusta e concentradora que existe em nosso país. Mas para isto, tem que haver sindicatos fortes que conscientizem os trabalhadores. E o nosso sindicato já está mais ou menos empinado. Isto porque ele já está registrado, haverá, no próximo dia 22 de março, eleição para renovar a sua diretoria. Eu encabeço a chapa e espero ganhar mais esta batalha, para que possamos dar continuidade à luta, para botar o nosso país para a frente.

Neste ano, todo brasileiro tem que ter uma preocupação: é a Assembleia Nacional Constituinte. Ela vai ter que garantir uma ampla liberdade para o nosso povo. Mas eu não estou acreditando que possa haver uma Constituinte realmente livre e soberana sem que os políticos sejam comprometidos com os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade.

Neste sentido nós trabalhadores, temos que aprender a dar o nosso voto, porque se não a gente acaba votando em latifundiário. Eu tenho a impressão que, enquanto houver mais políticos patronais na Constituinte não vai haver uma constituinte livre e soberana. Olha, nós temos que lutar é com coragem e se eu morrer nesta luta, os companheiros poderão dizer: "morreu o homem, mas ficou o nome". (Antônio Fidélis da Paixão - Presidente do STR de Arapoema - Goiás)



Proibição do filme representa atraso da Nova República

No dia 4 deste mês a liberdade, mais uma vez, foi agredida e mutilada em nosso país; o autor do ato autoritário foi o próprio presidente da República, José Sarney.

Refiro-me à proibição da exibição do filme do cineasta francês Jean Luc Godart intitulado Je Vous Salue Marie (Ave Maria), proibição defendida pelo que há de mais retrógrado e reacionário em nossa sociedade. A Igreja Católica, sentindo-se dona da vontade e da mente de 130 milhões de brasileiros comandou a escalada antidemocrática. Vivemos em pleno século XX, na era das conquistas espaciais, da informática, da automação, do avanço da ciência e da sabedoria humana; não podemos nos deixar levar pelos caprichos dogmáticos ultrapassados daqueles que desejam impor o irreal, o utópico e o anti-científico

como concepção única do homem. Que aconselhasse a seus fiéis a não assistirem um filme que comete o "monstruoso crime" de apresentar a virgem Maria praticando esporte, namorando, enfim, vivendo como uma pessoa

normal, mas nunca defender a proibição do direito de toda a sociedade assistir e julgar a obra artística.

Mas não sou contra a Igreja colocar para seus seguidores o dogma de que Maria era uma mulher virgem que através de poderes divinos engravidou. Discordo da pretensão de procurar impor isto a toda a sociedade.

Este acontecimento foi um alerta aos brasileiros que sempre lutaram e lutam pela democracia e pela liberdade em todos os aspectos. É uma farsa propagandear o fim da censura no Brasil. Esta não é primeira obra de arte atacada pela reação. Uma verdadeira campanha contra criações culturais de cunho popular e progressista está sendo desenvolvida em nosso país. Só a luta e a mobilização das massas populares poderão frear e derrotar as investidas dos inimigos do progresso social e abrir caminho para que possamos conquistar de fato, a verdadeira liberdade e a democracia. (P. R. C. Paratingá - Bay)

ASSINE
TRIBUNA
OPERÁRIA

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Nelson Cavaquinho, a MPB está de luto

Morreu na madrugada da última sexta-feira, dia 18, aos 75 anos, o compositor e cantor Nelson Antônio da Silva, o Nelson Cavaquinho. Sua vida confundiu-se com uma boa parte da história da música popular brasileira e constituiu, sobretudo, um exemplo marcante do talento e criatividade do nosso povo.

Nelson Cavaquinho nasceu no dia 28 de outubro de 1910 na rua Marize Barros, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Seu pai era contramestre da Polícia Militar, Brás Antônio da Silva, que tocava tuba na banda da corporação. Sua mãe, a lavadeira Maria Paula da Silva.

ORIGEM HUMILDE

Essa origem humilde sempre marcou a vida do compositor. Ainda garoto, ele teve de abandonar o curso primário para trabalhar numa fábrica de tecidos no Leblon e, aos 21 anos, já casado, por insistência do pai, empregou-se na cavalaria da Polícia Militar, onde permaneceu sete anos. Seu forte, porém, sempre foi a música popular.

Desde cedo, vivia agarrado em um violão, na verdade o seu instrumento preferido - o primeiro que possuiu foi produzido com uma caixa de charutos com barbantes, o que denunciava sua condição de pobre. Apesar do apelido, não se dava muito bem com o cavaquinho.

Em 1930, Nelson Cavaquinho conseguiu um trabalho na Gávea, fazendo exatamente o que gostava: tocar e compor, junto, entre outros, com Cartola e Zé Keti, dois compositores, por sinal, como ele, também nascidos e criados no seio das pessoas simples e sofridas do povo.

Nesse ambiente, ele compôs muito, mas, sem acesso a meios de comercializar e tornar pública sua obra, vendeu quase todos os seus sambas. Nessa época, como em toda a sua vida, foi um boêmio. Bebia muito e vivia de bar em bar. Calcula-se que compôs pelo menos 400 das suas mais de 600 músicas dentro de um boteco. Sempre com o violão a tiracolo, andava pelas ruas até que alguém o reconhecesse e o chamasse para um bar, onde começavam a desfilarem as garrafas de cerveja, cachaça e os seus sambas. A partir de 1946, passou a produzir em parceria com Guilherme de Brito, com quem criou músicas como "Flor e Espinho", "Cinzas", "Pranto de Poeta" etc.

Só em 1950 Nelson Cavaquinho conseguiu gravar sua primeira música, cantando com sua voz rouca,



Um compositor de origem humilde

um som parecido com o de uma taquara rachada. Com o passar dos anos, seus sambas foram gravadas por outros cantores e cantoras como Bete Carvalho, Clara Nunes, Elizete Cardoso, Ciro Monteiro, Paulinho da Viola, Noite Ilustrada e Nerino Silva.

No entanto ele foi mais um grande compositor brasileiro tratado com desprezo pela indústria do disco, em grande parte provavelmente devido à sua origem e modo de vida. De suas mais de 600 composições pouco se pode encontrar nos sete LPs dedicados à sua obra.

Nos sambas que criou, em sua maioria de uma beleza e simplicidade admiráveis, Nelson Cavaquinho interpretou alguns aspectos líricos da existência, sempre vinculado às imagens do cotidiano carioca. Conseguia harmonizar as letras com a melodia em suas composições com notável criatividade, que é possível notar, por exemplo, em "Folhas Secas": "Quando eu piso em folhas secas, caídas de uma mangueira, penso na minha escola e nos poetas da minha Estação Primeira, não sei quantas vezes subi o morro cantando..."

A morte também sempre foi um tema que atraiu o compositor: "Sei que amanhã quando eu morrer, os meus amigos vão dizer que eu tinha um bom coração..." ("Quando eu me chamar saudade"). Nelson Cavaquinho morreu devido a uma grave enfermidade pulmonar, que tinha tomado conta de seus dois pulmões. O corpo foi velado em um barracão da Estação Primeira de Mangueira, onde, conforme um dos seus sambas "quando morre um poeta todos choram, vivo tranquilo em Mangueira, porque sei que alguém há de chorar quando eu morrer, através de um pandeiro e de um tamborim" ("Pranto de Poeta"). (Umberto Martins)

I Seminário Nacional de Cultura da UNE

Terá início dia 28 próximo o I Seminário Nacional de Cultura da União Nacional dos Estudantes, UNE. A promoção tem o apoio do Ministério da Cultura e da Universidade Federal Fluminense, que sediará o encontro. Serão discutidos temas como cultura nacional e popular, o projeto de cultura nacional, a cultura na universidade, os fundamentos teóricos do antigo Centro Popular de Cultura da UNE, a cultura como meio de dominação ou de libertação. Para abordar esses assuntos estão sendo convidados o ministro Celso Furtado, da Cultura, a filósofa Marilena Chauí, o cineasta Leon Hirschmann, o poeta Ferreira Gullar, os compositores Gonzaguinha e Capinam, o dramaturgo João das Neves e o ex-presidente da UNE, Javier Alfaya.

Os trabalhos terão início às 15 horas do dia 28 e se estenderão até o

dia 2 de março. As inscrições, para diretores de entidades e estudantes artistas custam Cr\$ 60 mil, e dão direito a hospedagem, alimentação e certificado de participação. Inscrições na própria Universidade Fluminense. Delegações da Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará, Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas já confirmaram presença.

LIVROS - REVISTAS - POSTERS - POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS - EXPOSIÇÕES
Livros em 3 vezes sem acréscimo

ARE PAU BRASIL
ESPACO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO, SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 - CEP 01504
SEG. A SAB. 10 AS 23 HS.
DOM. 16 AS 23 HS.

Rocky agora troca socos com o socialimperialismo

Sylvester Stallone volta a atacar o público norte-americano e mundial com mais uma de suas fitas. Desta vez é Rocky IV, onde o boxer Rocky Balboa enfrenta um soviético, Ivan Drago. Um filme que chega a arrancar aplausos das platéias em São Paulo quando atinge seu clímax: Rocky, é claro, pondo a nocaute o russo.

O filme foi precedido de uma promoção multimilionária por tevê, rádio e jornal. A Globo reprisou o primeiro filme da série, Rocky, o lutador, um dia antes da estreia do IV, em meio a chamadas do filme nos comerciais que já davam bem o clima da coisa: uma luva com a bandeira norte-americana e uma outra, com a bandeira soviética, espatifam-se num soco potente.

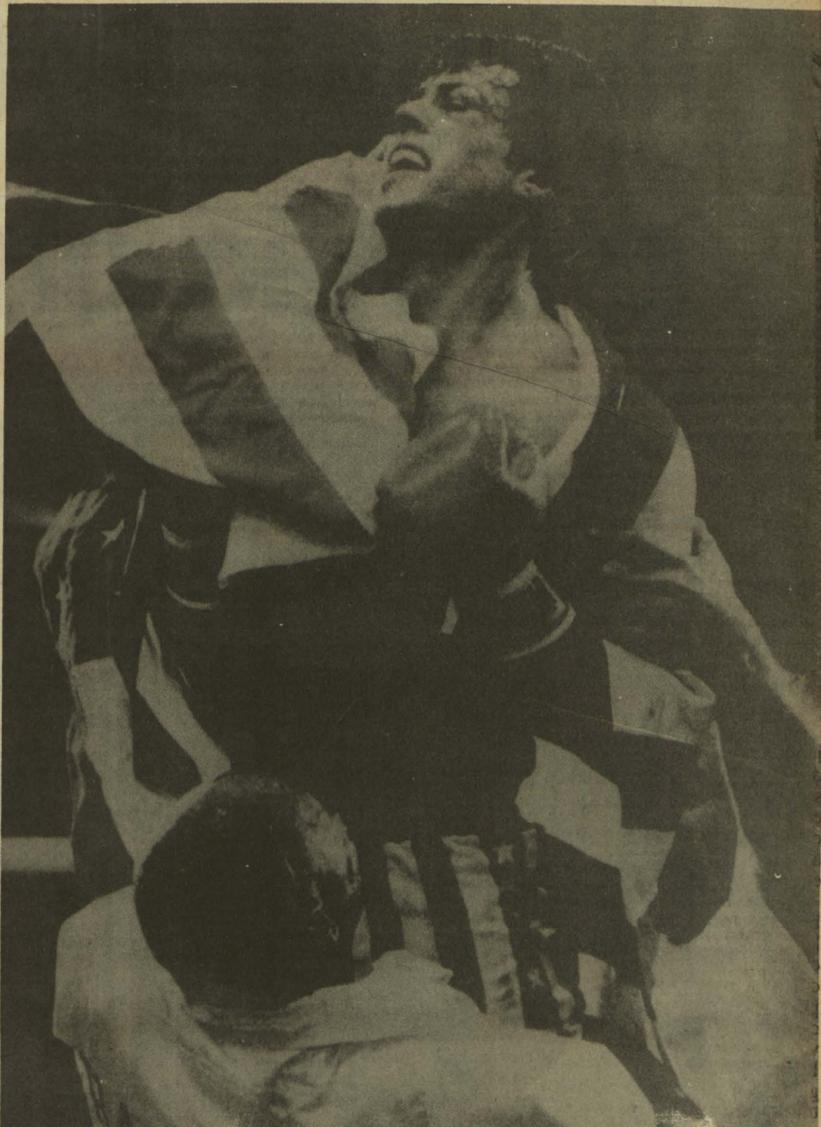
O incauto que comprar o ingresso do filme já sabe que vai ver Rocky vencer. Só que desta vez não encontrará o lutador de subúrbio, pugilista de aluguel, que busca uma chance de "subir na vida". O "Garanhão Italiano" é agora um homem rico, pai de um garoto. Sua esposa, a desejeitada balconista de uma loja de animais do primeiro filme, esconde o rosto atrás de um amontoado de cosméticos. Ficou até bonita.

O box, desta vez, transforma-se na III Grande Guerra, com as duas superpotências, Estados Unidos (Rocky) e União Soviética (Drago), prestigiado inclusive por Gorbachev, que vai ao estádio assistir à luta), disputando quem é o melhor do mundo. Antes da grande contenda em Moscou, Drago derrota e leva à morte um adversário norte-americano nos próprios EUA. Não por acaso, um negro (Apollo, o mesmo que no primeiro filme da série empata com Rocky na disputa pelo título mundial), em mais uma demonstração de racismo.

SEMINU

Se o soviético chegou aos EUA fazendo e acontecendo, desafiando o campeão ianque e mundial (Rocky) com um palavrório sobre o que há de mais avançado em equipamentos para exercícios físicos, Rocky quando parte para a URSS, opta por ficar numa habitação única e exclusivamente com os rústicos instrumentos de trabalho dos camponeses! O russo tem toda as regalias e assistências proporcionadas pela burocracia do Kremlin, inclusive drogas. Rocky conta apenas com sua perseverança e seu ideal de fazer valer os valores ianques. E vence.

Como se vê, a história é linear. Ocuparia, na verdade, uns poucos momentos na tela. Para encher o tempo e ganhar a empatia do público para seu personagem, Stallone entope a pla-



Afinado com a política de Reagan, Stallone quer ganhar o povo norte-americano para a guerra

téia com músicas e cenas dos filmes anteriores e de seus exercícios físicos. Aliás, ele afirma que faz cinco horas de exercícios por dia, e "depois disso não consigo nem pensar", confessa. Mandou dizer também que sofreu um ataque cardíaco durante as filmagens de Rocky IV. Com esse preparo, Stallone pode exibir seus 45cm de bíceps e sua enorme caixa torácica. Dizem as más línguas que ele também faz exercícios dramáticos, para melhorar sua performance de ator. Mas isso não dá para perceber no filme. Stallone, nesta obra, é igualzinho ao Rambo. Só que com os cabelos mais curtos e, em vez de travestido de soldado na floresta, fica seminu no ringue.

ESPÍRITO GUERREIRO

Os diálogos são uma discurseira infundável. A se acreditar nos cartazes, foram escritos pelo próprio Stallone. Ele faz reflexões sobre o medo, sobre a idade, sobre a necessidade de ser fiel ao amigo e à pátria, sobre o ideal inerente ao norte-americano e a falta de ideal inerente ao rival soviético etc.

E aqui entra o objetivo

real do filme. Despertar e atizar o espírito guerreiro no povo norte-americano e no conjunto da "civilização cristã ocidental", sob liderança dos EUA. Ganhar corações e mentes para a necessidade de enfrentamento ao inimigo soviético e incutir-lhes a confiança na vitória numa terceira carnificina mundial. Não é por acaso que o presidente Ronald Reagan faz questão de levar Stallone junto consigo nas viagens internacionais. É o ator oficial, a representar o sentimento ianque. Por isso ele se emburra na bandeira dos EUA após a vitória e até arrisca um discurso pacifista na cena final. Não que queira a paz. Mas porque trata de fazer a guerra antes que algum aventureiro, sem estar imbuído dos ideais de "liberdade" ianques, a faça.

CAMPANHA IDEOLÓGICA

Hollywood está investindo em cheio em filmes desse tipo. Estão aí "Comando para matar", os dois "Rambo", séries de tevê como "Profissão: Perigo" etc. Não é novidade esse tipo de produção. Já no período da guerra fria, a indústria

cinematográfica norte-americana punha fortunas em produções que visavam denegrir as vitórias do socialismo então em construção na União Soviética. Muitas das calúnias veiculadas pelos EUA depois, desgraçadamente, foram assumidas pela própria direção do PCUS, a partir da traição de Kruschov ao comunismo (veja matéria a respeito, na página 5). Ao mesmo tempo, artistas e intelectuais progressistas eram perseguidos, na famosa "caça às bruxas" comandada pelo senador McCarthy e integrada pelo então ator Ronald Reagan.

Hoje a indústria de comunicação de massas anticomunista aproveita-se do belicismo socialimperialista soviético para engrossar seus argumentos. É nesta fase da produção cinematográfica, não há dúvida de que Sylvester Stallone vem ganhando destaque. Seu "Rambo II", ele mesmo, dizia, já era uma "fábula de direita". Rocky IV, então, nem chega a ser fábula. É só, "de direita" mesmo. Os norte-americanos que se cuidem. Stallone ainda é capaz, de ser o sucessor de Reagan. Não no cinema, mas na Casa Branca. E não será comédia. (Carlos Pompe)



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 260 mil
Anual popular (52 edições) Cr\$ 130 mil
Semestral (26 edições) Cr\$ 130 mil
Semestral popular (26 edições) Cr\$ 65 mil
Trimestral (13 edições) Cr\$ 33 mil
Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo. CEP 01318.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Ovídio Rangel.
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saúde) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Rua 24 de Setembro, 100 - CEP 47000.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vestibul IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1899 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 61500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Vitória: Rua Espírito Santo, 100 - CEP 51000. Ilhéus: Rua Antônio Neves, 135 - CEP 45300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 53100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Condeador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: Rua Serapipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vignato Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 821, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - CEP 59000. Parnaíba: Rua 14 de Julho, 144 - CEP 64000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua 24 de Setembro, 100 - CEP 91000. Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Caxias do Sul: Rua 24 de Setembro, 100 - CEP 95000. Pelotas: Rua 24 de Setembro, 100 - CEP 96000. São Paulo: Rua 24 de Setembro, 100 - CEP 91000.

sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Ottoni, 100 - CEP 91200.
RIO DE JANEIRO - Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedreira, 33, sala 319 - CEP 26000.
RIO DE LANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua N.º Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedreira, 33, sala 319 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 13500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ottoni Monteiro, 41 - CEP 12100. CEP 13000. Campinas: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 13200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., composição, Past-Up e Fotolito. Direção: José Carlos Romão. Redação: José Carlos Romão. Impressão: Gráfica Operária. CEP 01318 - São Paulo - S.P.

Fundação Maurício Grabois

Terror contra menores gera rebelião em São Paulo

Na terça-feira de carnaval estourou mais uma revolta dos internos da Febem em São Paulo. Desta vez foi numa unidade do bairro Tatuapé, Zona Leste da capital, em protesto contra os espancamentos praticados por inspetores. A rebelião durou 20 horas e foi esmagada com extrema violência pela Tropa de Choque, deixando dezenas de feridos no confronto. O protesto do Tatuapé chamou a atenção para o inferno em que vivem os mais de 25 milhões de menores abandonados do país.

Na Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) do Tatuapé estão alojados aproximadamente 1.500 menores, convivendo crianças carentes junto com aqueles considerados "de alta periculosidade". A rebelião começou na Unidade de Recepção e Triagem (URT), com capacidade para 312 vagas, mas onde estavam internados 632 menores. Eram quase 23 horas do dia 11, os internos se preparavam para dormir, quando se deu o início da explosão. Lúcia Piacentini, diretora da URT há pouco mais de um mês, conta o que ocorreu: "Dois meninos

estavam batucando e foram levados para a área aberta do pavilhão por um funcionário. Esse inspetor, cujo nome ainda não sei, teria batido a cabeça dos meninos contra o muro e, quando os dois voltaram ensanguentados para os quartos, começou a confusão".

Meninos de rua são tratados como marginais pela polícia

Os rebelados se armaram de paus, pedras, pés de mesa e cadeira, pás, enxadas e picaretas, passaram a depredar as dependências dos pavilhões e a pôr fogo nos colchões. Alguns inspetores foram tomados como reféns. Mais tarde a Tropa de Choque foi autorizada a entrar no prédio pelo presidente em exercício da Febem, Nazih Curi Meserani, e passaram a espancar indiscriminadamente. No final haviam 26 pessoas internadas nos hospitais, mais de uma centena com marcas de espancamento e

176 menores tinham conseguido fugir. Um destes, Carlos José Soares, 16 anos - junto com outros dois menores - foi abatido a tiros pela polícia.

No Brasil se calcula que existem de 25 a 30 milhões de "meninos de rua", abandonados à própria sorte, muitas vezes tendo que assaltar para poder comer. Não existe uma política a nível nacional para solucionar o problema e os "trombadinhas" ainda são considerados apenas como caso de polícia. Na rua vigora a lei do cão. Em fins de 1983 um procurador do Estado matou pisoteado no centro de São Paulo um menino acusado de roubar um cordão de ouro. Muitas autoridades ainda pensam que esta é a melhor forma de agir.

A política de atendimento dos menores ainda se dá sob a ótica da época da ditadura. As constantes revoltas e fugas da Febem mostram que, apesar de existir em algumas direções pessoas com visão mais aberta, os métodos violentos não foram abandonados. Quatro dias após a rebelião do Tatuapé, Julieta de Lima Arruda visitou seu filho na Febem e, estupefata com o que viu, denunciou: "Meu filho mostrou as marcas de choque elétrico que levou por todo o corpo, inclusive nas virilhas".

Em 1964 foi criada a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) dentro de uma visão militarista para enfrentar o problema do menor. Os internos da Funabem eram obrigados a aprender marchas militares e passar horas diante dos retratos do presidente da República aprendendo a fazer continência, sob pena de serem torturados.

Denúncias de torturas e espancamentos se tornaram comuns nestes últimos 22 anos. Ecléa Guazzelli passou pela presidência da Funabem, em 1980 renunciou, fazendo sérias denúncias. "Milhares de menores abandonados, carentes e com problemas de conduta - dizia ela - foram torturados e espancados em celas e cubículos fechados, existentes nos subterrâneos do complexo para menores de Quintino Bocaiuva, no Rio de Janeiro, pertencente à Funabem".

"A Febem não endireita menor. O tratamento é feito na força"

Atualmente os internos da Febem denunciam que os maus-tratos continuam sendo praticados. Em 1983, após a rebelião de menores em Ribeirão Preto, a diretora da Febem constatou a prática de espancamentos, tortura com choques elétricos e até mesmo casos de menores atirados na piscina com as mãos algemadas.

A violência não regenera, muito pelo contrário, e por isso a ânsia de fuga das unidades da Febem. Maria Lúcia Violante, em seu livro "O dilema do decente malandro", reproduzia o depoimento de um interno de Mogi-Mirim, feito em 1979: "A Febem não endireita ninguém dona... O menor sai daqui pior... é o tratamento, é tudo feito na força". Em 1986, um menor da URT do Tatuapé reclamava: "A vida aqui dentro é muito ruim. Pra mim isto aqui não é vida. Prefiro ir para uma delegacia".



Mais de 25 milhões de crianças vivem jogadas na rua, sem nenhum amparo. Que será do futuro do país?

"Não tem ninguém que nos olha"

"Eu roubo pra comer", diz F.A.J., conhecida como *Nega da Cicatriz*, por causa de um sinal de corte em seu rosto. F.A.J. completou 18 anos em dezembro e é uma dos milhares de jovens marginalizados que perambulam pelas ruas de nossas cidades. *Nega da Cicatriz* já esteve internada cinco vezes na Febem. Ela fala que não tem local para morar. "Às vezes durmo aqui na praça, às vezes ando à noite toda. Os gambeá (policiais) vê que a gente está dormindo, jogam água, batem na gente, mandam pular dentro d'água, levam preso, tomam o nosso dinheiro. Essa é uma vida de cachorro".

Cheirar cola de sapateiro é um dos costumes disseminados entre os "meninos de rua". Na Praça da Sé, a qualquer hora do dia se veem eles com o rosto dentro de um saco plástico com a lata de cola. A.P.S.O. a *Anapê*, de 17 anos, mulata, foi criada na Febem e entre largas gargalhadas, conta: "Aqui comecei a roubar e cheirar cola. Puxo relógio e cordão. Pra mim foi uma boa. Eu guardo a metade do dinheiro para cola e o resto é pra lazer e comprar roupa".

"COLA É DISTRAIMENTO"

Anapê diz que esteve só uma vez com sua mãe que vive separada do seu pai. Recorda com amargura dos nove anos que passou na Febem: "Lá eles me espancavam. Então comecei a agredir funcionários e quebrar vidros. Estive internada no sanatório São Genaro durante três meses". Ela confessa que é uma menina agressiva "por isso prefiro ficar na rua". *Anapê* dorme na porta da catedral, não tem namorado e diz que gosta de



Os menores da Praça da Sé: "Essa é uma vida de cachorro"

cheirar cola porque "a gente esquece tudo. É um distraimento".

Remir Antônio Ferreira, o *Bil*, tem 19 anos, trabalha de engraxate na Sé e esteve internado uma vez na Febem. "Lá eles batem muito. Me bateram com pau. Eles batem só porque acham que todo mundo que vai lá é ladrão", diz ele. *Bil* não tem nenhum documento, a não ser uma carteirinha de engraxate, e reclama da repressão: "Prá moleque de rua igual nós, a polícia sempre pega, leva pro camburão e apanham. Tem muito moleque aí que já foi pro hospital de tanto apanhar". Ele se sente desamparado e revela: "Quando apanho dá vontade de ir no juiz, mas não tem ninguém pra olhar pra nós".

Vários menores têm consciência dos preconceitos e discriminações que pesam sobre eles. *Nega da Cicatriz* sente mais de perto o problema do racismo

por ser de cor. "Quando a pessoa é negra os policiais espancam e chamam a gente de carniça, que preto tinha que morrer". Apesar de ter estudado só até a 2ª série, ela dá sua opinião sobre a solução para o problema dos menores abandonados: "O Montoro põe policial na rua. Tá certo, a rua precisa de segurança. Mas ele pensa que botar policial na rua vai encher a barriga do povo? Ele também tem que arrumar serviço pra gente, desse escola pros 'moleques...'"

"Eu nunca fui no cinema. Gosto de ir num baile" fala *Nega da Cicatriz* sobre o seu pouco lazer. Quando ela sorri mostra seus dentes totalmente estragados e explica que "quando estão doendo eu fumo uma maconha, cheiro cola, faço bochecha com cachaca". Pra se alimentar só quando tem dinheiro: "Hoje só tomei café", diz ela.

Na sua frente dois meninos estão sentados no chão: Cláudio, pretinho de 7 anos e Vagner, loirinho, de 10 anos. Vagner está com o rosto inchado por causa da dor de dente e diz: "Vendi meu caminhãozinho pra comprar lanche". Os dois dormem no "Projeto Menino de Rua". Cláudio tem uma tosse rouca e revela que cheira cola de vez em quando: "Quando cheiro sinto dor no pulmão e fico louco". Ele revela que é ruim quando a polícia prende porque "eles tiram a roupa da gente".

Enquanto olhava para Vagner e Cláudio, *Nega da Cicatriz* comenta: "A maior vontade da minha vida é que arranjassem uma pessoa que me arranjassem emprego e uma casa pra morar. Se tivesse um lugar pra mim dormir eu não estaria aqui". (Domingos de Abreu).



Menor ferido pela PM na rebelião

Desrespeito às crianças

Segundo a Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU, são requisitos básicos para se ter uma infância saudável: amor, compreensão, educação, saúde, recreação e segurança social. No Brasil a maioria das crianças não se beneficia desses direitos, vítimas da exploração capitalista e da política desumana do regime militar, que deixou no abandono mais de um terço dos menores do país.

Uma parcela das crianças brasileiras não alcançam nem mesmo o direito de viver. Dos quase 4 milhões que nascem por ano, cerca de 300 mil morrem antes de completar um ano de idade. E 70% destas mortes são devidos a desnutrição, doenças infecciosas e falta de saneamento básico, ou seja, estão intimamente ligadas à miséria do povo. Em 1980 se constatou que mais da metade das 22,6 milhões de crianças de 0 a 6 anos estavam com algum tipo de desnutrição.

Quando à educação, a situação é drástica. As crianças que conseguem entrar na escola, uma grande parte vai estudar com fome, assimilando pouco conhecimento e contribuindo para a elevada percentagem de repetência. Mas um contingente enorme da população infantil não tem acesso à educação.

Em 1980, apenas 6% das crianças menores de sete

anos de idade estavam matriculadas na pré-escola. Neste mesmo ano o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) constatou que das 23 milhões de crianças de 7 a 14 anos, 7,5 milhões estavam fora dos bancos escolares. Muitos destes não estudavam porque trabalhavam para ajudar a família.

De acordo com o PNDA (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), quase 7 milhões de menores exerciam algum tipo de trabalho em 1983. Na zona rural se constatou que 45,4% da população entre 10 e 17 anos trabalhavam. E sem contar o número incalculável de crianças menores de 10 anos que também trabalhavam.

A legislação do trabalho para os menores é falha e na prática, quase sempre é desrespeitada pelos patrões. Também nesta área os militares mexeram durante a ditadura, no sentido de piorar. Na Constituição de 1967 os generais baixaram a idade mínima para o trabalho de 14 para 12 anos e eliminaram a proibição de diferenças nos salários entre adultos e menores. De acordo com a lei 5.274 o menor de 16 anos passou a ter um salário-mínimo equivalente a 50% do salário-mínimo regional e de 75% para aqueles com idade entre 16 e 18 anos.



Vagner com dor de dente e Cláudio com pulmão atacado pela cola